

RELATÓRIO ANUAL

2021



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Antonio Flávio de Oliveira

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Rafaela Consalter

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Alexandre Brandão Rodrigues

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Melissa Torres Silveira

CORREGEDOR-GERAL

Cristiano Vieira Heerd

DEFENSOR PÚBLICO CHEFE DE GABINETE

Enir Madruga de Ávila

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES DE GABINETE

Marcelo Candiago

Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

GESTÃO ESTRATÉGICA

Rogério Souza Couto

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES INSTITUCIONAIS

Laura Silva Dias

Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado

Cristiano Bertuol

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES JURÍDICOS

Arion Escorsin de Godoy

Eduardo Pereira Lima Zanini

Fabício Azevedo de Souza

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES ADMINISTRATIVOS

Caroline Lima e Silva Mazzola Panichi

Rodrigo Gomes Pinho

Marcos Vinicius Martins

SUBCORREGEDOR-GERAL

Alcindo Strelow

DEFENSORES PÚBLICOS-CORREGEDORES

Liseane Hartmann

Tiago Rodrigo dos Santos

Antônio Augusto Korsack Filho

CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO (CECADEP)

Samara Wilhelm Heerd

DIRETOR-GERAL

Léo Faller Becker

OUVIDORA-GERAL

Marina Ramos Dermmam

EXPEDIENTE



DEFENSORIA PÚBLICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COORDENAÇÃO

Felipe Daroit

TEXTOS

Camila Schäfer e Felipe Daroit

DIAGRAMAÇÃO

Sandrine Knopp

REVISÃO

Camila Schäfer e Lauren Willers Müller

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Felipe Daroit

REALIZAÇÃO

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

6 PALAVRA DO DPGE

8 A DEFENSORIA PÚBLICA

- 9 Quem Somos
- 10 Quantos Somos
- 11 Onde Estamos
- 12 Organograma
- 13 Números de Atendimentos
- 14 Números de Peticionamentos

15 GABINETE DO DPGE

19 GESTÃO ESTRATÉGICA

- 27 Gestão Orçamentária

29 SUBDEFENSORIAS

- 29 Subdefensoria Institucional
- 34 Subdefensoria Administrativa
- 43 Subdefensoria Jurídica

47 ÁREAS DE ATUAÇÃO

- 48 Cível
- 51 Consumidor e Tutelas Coletivas
- 56 Criança e Adolescente
- 58 Defesa Criminal
- 61 Defesa Agrária e Moradia
- 64 Direitos Humanos
- 69 Execução Penal
- 72 Direitos das Famílias
- 75 Defesa da Mulher
- 78 Saúde

82 POR DENTRO DA DEFENSORIA

- 83 Conselho Superior
- 84 Corregedoria
- 86 Ouvidoria
- 87 CECADep
- 89 Assessoria de Comunicação Social

91 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

94 DEFENSORIA EM IMAGENS

PALAVRA DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO



Após quase dois anos tendo que percorrer caminhos sombrios e lidando com o desconhecido, o mundo finalmente começa a dar sinais de melhora diante da grave pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo em que perdemos amigos, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, e vimos o número de mortes no Brasil ultrapassar a triste marca de 600 mil vidas, tivemos que nos adaptar e nos remodelar. Na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, diante das imensas dificuldades impostas, priorizamos a empatia, afinal, milhares de pessoas, em sua grande maioria vulneráveis que sequer sabem se terão uma refeição no dia seguinte, depositam suas esperanças em nosso trabalho. Somos e sempre seremos uma instituição de portas abertas para todas e todos.

Os números apresentados neste Relatório Anual, que compreende o período entre outubro de 2020 e setembro de 2021, corroboram e demonstram o quanto essas pessoas dependem da instituição. Em 12 meses, realizamos 1,6 milhão de atendimentos e vimos, diante da alta do desemprego e dos problemas econômicos, 211 mil novos assistidos buscarem o acesso à justiça gratuita por meio da Defensoria Pública, 12% a mais do que o registrado no período de outubro de 2019 a setembro de 2020. Para atender essa demanda, proporcionamos aos defensores, servidores, estagiários e terceirizados condições de seguir prestando o excelente trabalho que é a nossa principal característica, aliando tecnologia com o nobre sentimento de humanidade, sempre presente em nossa essência.

Fundamental para o crescimento institucional, fortalecemos nossa relação com os demais Poderes e instituições autônomas. Nesse mesmo sentido, sensíveis ao momento crítico e sabendo da real necessidade, participamos do acordo capitaneado pela Assembleia Legislativa para a destinação de R\$ 90 milhões aos hospitais filantrópicos gaúchos, a fim de ampliar leitos e atender os pacientes com Covid-19. Também celebramos, com os Poderes e instituições autônomas, acordo relativo à correção dos orçamentos para 2022, considerando a situação das finanças do Estado, a independência financeira e a qualidade dos serviços prestados à população. O resultado, depois de uma série de reuniões técnicas e do Conselho de Estado, foi o contingenciamento de R\$ 142 milhões.

Entre tantas ações que as senhoras e os senhores perceberão ao longo desse relatório, destaco que, com muito esforço e readaptação do orçamento, reforçamos e ampliamos nossos sistemas de Tecnologia da Informação, adquirindo novos equipamentos. Isso, por si só, proporcionou um salto gigantesco para o presente e o futuro da Defensoria Pública.

Por meio de nossos Núcleos Especializados, entre outras coisas, elaboramos campanhas para fomentar a resolução de conflitos de maneira extrajudicial e, especialmente, para auxiliar os assistidos nas renegociações de dívidas. Criamos, ainda, a Câmara de Conciliação Criminal, com o objetivo de tratar adequadamente o conflito criminal dentro de uma nova ótica de resolução. Estamos, ainda, trabalhando para a criação de novos Núcleos Especializados, voltados, por exemplo, à proteção dos idosos e ao combate ao racismo.

Visando a proporcionar conforto, segurança e acessibilidade, mesmo em um período de pandemia, entregamos 24 obras. Foram concluídas 14 novas Defensorias, todas com sedes próprias, e estruturadas outras nove Defensorias, localizadas dentro de Fóruns. Também finalizamos a reforma completa do prédio-sede, localizado no centro de Porto Alegre. Além disso, em razão da variação desproporcional do IGP-M, renegociamos os contratos de locação da Defensoria Pública, gerando economia para os cofres da instituição.

Saliento, ainda, que iniciamos atendimentos em duas cidades que não recebiam os serviços da Defensoria: Feliz e Nova Petrópolis. Com isso, a instituição atingiu um marco histórico: pela primeira vez, desde a sua criação, a Defensoria passou a atender, mesmo que de maneira parcial, todos os municípios gaúchos.

Aproveito para fazer um agradecimento especial aos deputados e ao governador Eduardo Leite pela sensibilidade em aprovar e sancionar, em agosto de 2021, os projetos propostos pela Administração Superior que autorizam, a partir de 2022, a criação de 21 novas Defensorias Públicas no Estado.

Por fim, parablenizo a todas e a todos que fazem parte da instituição e reitero que seguiremos trabalhando em prol da igualdade, da justiça e do exercício de humanidade em favor dos vulneráveis.



Antonio Flávio de Oliveira
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, de conformidade com o artigo 134 da Constituição Federal.

São consideradas vulneráveis as pessoas que, em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e igualdade entre as partes, bem como de zelar pela efetivação dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

QUEM SOMOS

Missão

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

Valores

Ética e Respeito.
Foco em Resultado.
Confiabilidade e Credibilidade.
Valorização das Pessoas.
Acolhimento e Humanidade.
Comprometimento e Engajamento de Todos.
Transparência.

QUANTOS SOMOS

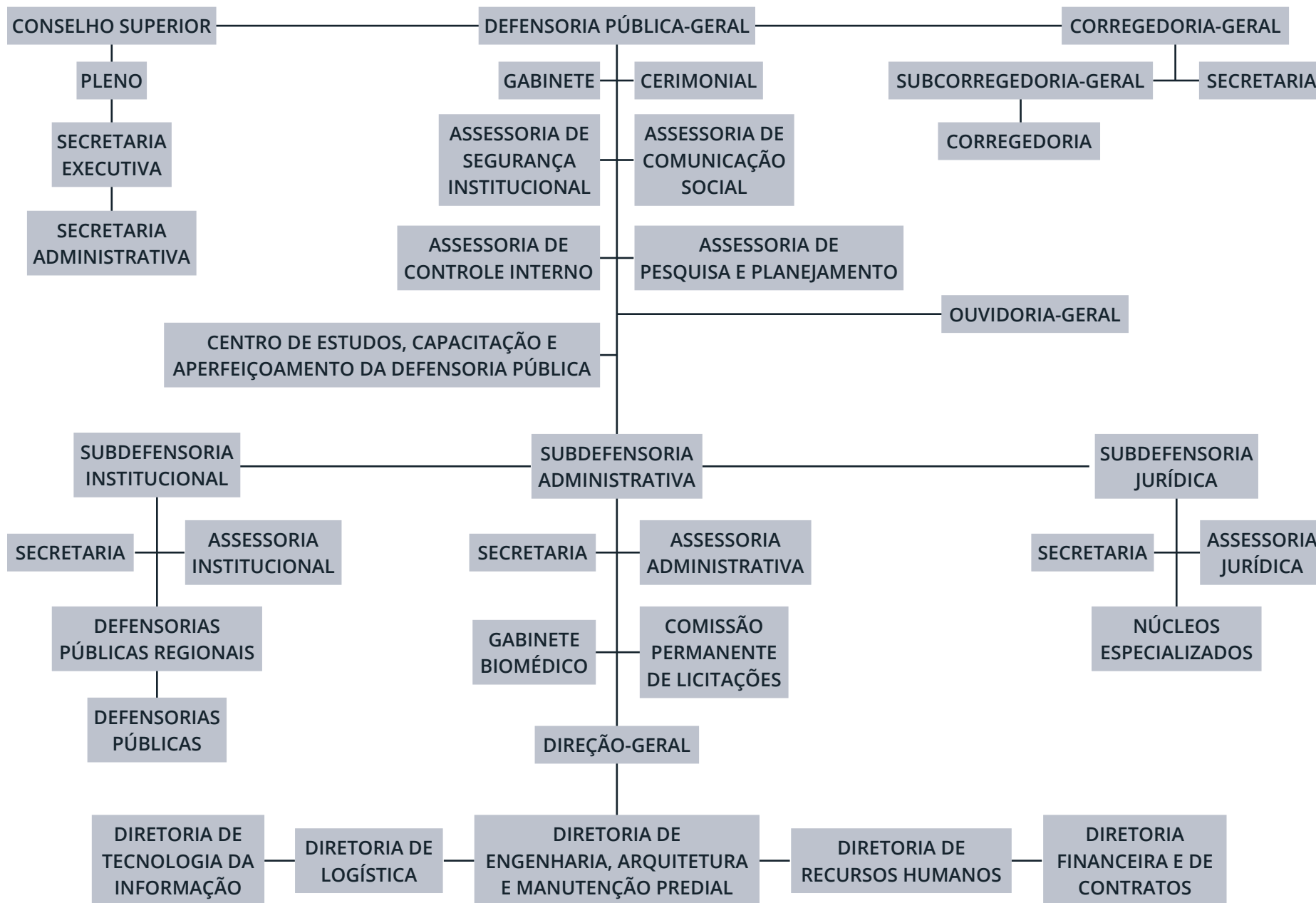
Defensores Públicos **441**

Servidores **252** **449**
ANALISTAS TÉCNICOS

Estagiários **1.187** **200**
REMUNERADOS VOLUNTÁRIOS

Cargos em Comissão **69**

ORGANOGRAMA



NÚMEROS DE ATENDIMENTOS

(OUTUBRO DE 2020 – SETEMBRO DE 2021)

1,6 MILHÃO DE ATENDIMENTOS

* 45% a mais do que o registrado entre outubro 2019 e setembro 2020.

**NOVOS
ASSISTIDOS:** **211 MIL**
PESSOAS

* 12% a mais do que o registrado entre outubro 2019 e setembro 2020.

Áreas mais demandadas dos atendimentos

Cível: 800 mil	Infância e Juventude: 67 mil
Família: 435 mil	Violência Doméstica: 17 mil
Crime: 139 mil	Turmas Recursais: 6,4 mil
Fazenda Pública: 109 mil	Procedimentos Administrativos: 2,2 mil
Execução Penal: 91 mil	Tutelas Coletivas: 336

Principais assuntos dos atendimentos

Alimentos: 210 mil
Fornecimento de medicamentos: 163 mil
Casamento e dissolução de união estável: 84 mil
Guarda: 71 mil
Direito Penal: 51 mil

NÚMEROS DE PETICIONAMENTOS

Solicitações feitas pelos defensores públicos à justiça

1,1 MILHÃO DE PETICIONAMENTOS

* 37% a mais do que o registrado entre outubro 2019 e setembro 2020.

Áreas mais demandadas dos peticionamentos

Cível: 381 mil	Infância e Juventude: 62 mil
Família: 278 mil	Violência Doméstica: 25 mil
Crime: 202 mil	Turmas Recursais: 4,8 mil
Execução Penal: 75 mil	Procedimentos Administrativos: 2,3 mil
Fazenda Pública: 70 mil	Tutelas Coletivas: 238

Principais assuntos dos peticionamentos

Alimentos: 124 mil
Fornecimento de medicamentos: 90 mil
Direito Penal: 83 mil
Casamento e dissolução de união estável: 43 mil
Guarda: 40 mil

Obs.: Chama atenção o aumento expressivo de peticionamentos envolvendo **violência doméstica**. Os dados de outubro de 2020 até setembro de 2021 apontam para um acréscimo de **257%** em comparação com o período de outubro 2019 a setembro 2020.

1.006.281

INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS
RECEBIDAS PELA DEFENSORIA

304.085

PROCESSOS FÍSICOS
RECEBIDOS

***GABINETE DO
DEFENSOR
PÚBLICO-GERAL***

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Aprovação dos projetos que criam novas Defensorias Públicas

O ano de 2021 é um marco histórico para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Graças à sensibilidade dos deputados e do governador do estado, os projetos propostos pelo Gabinete, que ampliam a atuação da instituição, foram aprovados e sancionados no mês de setembro de 2021.

A medida possibilita, a partir de 2022, a criação de 21 novas Defensorias: Arroio Grande, Herval, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Cacequi, São Vicente, Restinga Seca, Feliz, Ivoti, Três Coroas, Antônio Prado, Arvorezinha, Carlos Barbosa, São Marcos, Constantina, Iraí, Marcelino Ramos, Ronda Alta, Seberi e São Valentim.

Atualmente, esses municípios não possuem atendimento integral, ou seja, o defensor público lotado em outra cidade tem que se deslocar uma vez por semana para poder atender as demandas.

A aprovação viabilizará atendimento integral nessas cidades e proporcionará mais dignidade e acesso à justiça para gaúchas e gaúchos que vivem em situação de vulnerabilidade e dependem, com urgência, do trabalho da Defensoria Pública.

Selo para valorizar boas ações

Com o objetivo de valorizar as iniciativas sociais públicas e privadas de inclusão, estímulo à preservação da dignidade humana, efetivação dos direitos humanos e acesso à justiça, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) lançou, no dia 13 de julho de 2021, o Selo de Engajamento Social (SENSO).

A ideia é reconhecer ações, projetos, programas ou políticas de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade desenvolvidas em conjunto com a DPE. Poderão ser agraciadas com o SENSO: empresas privadas, empresas públicas e de economia mista, órgãos públicos, organizações do terceiro setor e grupos de organizações.

As instituições receberão um certificado, no qual constará a licença para uso da logomarca, que poderá ser agregada aos seus produtos e serviços.



Acordo de contingenciamento de R\$ 142 milhões

Os chefes de poderes e instituições fecharam acordo relativo à correção de seus orçamentos para 2022, considerando a situação das finanças do Estado, a independência financeira dos órgãos autônomos e a qualidade dos serviços prestados à população. O resultado do que foi acordado, depois de uma série de reuniões técnicas e do Conselho de Estado, foi o contingenciamento de R\$ 142 milhões sobre a dotação autorizada.

O texto também prevê um déficit orçamentário de R\$ 4,2 bilhões no próximo exercício e considera os cenários adotados pela União, que projetam um crescimento econômico de 2,5% em 2022, utilizando os mesmos parâmetros da LDO federal.



Termo de cooperação para o pagamento de R\$ 70 milhões aos hospitais gaúchos

A Defensoria Pública do Estado participou do ato de assinatura do termo de cooperação para o pagamento de R\$ 70 milhões aos hospitais gaúchos para auxiliar no combate à pandemia da Covid-19.

O valor, que será abatido dos repasses dos duodécimos, é oriundo da articulação entre Legislativo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. O documento foi assinado em conjunto entre os representantes dos poderes e órgãos.

Doações para órgãos de Segurança Pública após incêndio

Após o grave incêndio que destruiu o prédio da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em Porto Alegre, e resultou na morte de dois bombeiros, a Defensoria Pública realizou doações de móveis e equipamentos aos órgãos atingidos. Os materiais foram entregues em julho de 2021.

Principais Resoluções

- **Resolução DPGE nº 26/2020** – Cria o serviço Alô Defensoria, dispondo sobre sua estrutura, atribuições e organização, e dá outras providências.
- **Resolução DPGE nº 04/2021** – Dispõe sobre a Política de Gestão Documental e Proteção Especial a Documentos de Arquivo, regulamenta as atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Defensoria Pública e aprova o Plano de Classificação de Documentos, a Tabela de Temporalidade de Documentos e o Manual de Gestão Documental.
- **Resolução DPGE nº 07/2021** – Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
- **Resolução DPGE nº 13/2021** – Regulamenta a atuação do Centro de Referência em Mediação e Conciliação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CRMC), revoga a Resolução DPGE nº 07/2017, a Resolução DPGE nº 12/2018, a Resolução DPGE nº 24/2020, a Resolução DPGE nº 06/2021 e dá outras providências.
- **Resolução DPGE nº 23/2021** – Institui a Bandeira da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Principais Ordens de Serviço

- **Ordem de Serviço nº 25/2020** – Estabelece, temporariamente, e regulamenta o plantão virtual de sobreaviso criminal no âmbito da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.
- **Ordem de Serviço nº 03/2021** – Dispõe sobre o Projeto “Conversando a Gente se Entende” da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.
- **Ordem de Serviço nº 05/2021** – Estabelece a reabertura das sedes da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul ao público, revoga a Ordem de Serviço nº 04/2021 e dá outras providências.

*Decisões
proferidas em
expedientes:* **336**

Resoluções: **15**

*Ordens de
Serviço:* **5**

GESTÃO ESTRATÉGICA

MAPA ESTRATÉGICO

2016 - 2021



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Missão

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como Instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

Valores

Ética e Respeito;
Foco em Resultado;
Confiabilidade e Credibilidade;
Valorização das Pessoas;
Acolhimento e Humanidade;
Comprometimento e Engajamento de Todos;
Transparência.

Sociedade & Beneficiários

Fortalecer a imagem institucional

Reduzir a exclusão social por meio do acesso à justiça

Processos Internos

Incentivar ações de promoção de direitos humanos

Fomentar ações voltadas à educação em direitos

Fomentar a atuação em ações coletivas

Ampiar práticas de atuação extrajudicial

Estar presente em todas as Unidades Jurisdicionais do RS

Melhorar o acesso, qualidade e agilidade do serviço da DPE

Disseminação de Conceitos

Aperfeiçoamento dos Serviços

Aprendizado & Crescimento

Fortalecer a humanização dos ambientes de trabalho

Implantar um modelo de gestão de pessoas por competência

Aperfeiçoar modelo de governança e gestão institucional

Aperfeiçoar modelo de governança de TI

Ampiar ações de automação e informatização das atividades finalísticas e de apoio

Desenvolvimento do Capital Humano

Alinhamento Tecnológico

Orçamento & Finanças

Ampiar as fontes de recursos

Desenvolver ações para otimizar a aplicação dos recursos

GESTÃO ESTRATÉGICA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



Criação do Canal de Ideias

O Canal de Ideias da Defensoria Pública, lançado em abril de 2021, é uma ferramenta para estimular, captar e gerir ideias dos defensores públicos, servidores e estagiários que atuam na instituição. O processo de análise e implementação da ideia sugerida é composto por três etapas: análise estratégica, análise técnica e implementação. O participante é informado, por e-mail, sobre o andamento e o resultado de cada etapa.

Total: 118
IDEIAS

Abertas: 55

13 estão em análise estratégica, 17 estão em análise técnica e 25 estão em análise pelo Comitê de Tecnologia da Informação (TI).

Fechadas: 63

30 foram indeferidas estrategicamente, três não são tecnicamente viáveis e 30 foram enviadas para execução. Das enviadas para execução, quatro serão projetos novos (a partir de 2022) e o restante envolve ações de melhorias.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Entre as várias ações realizadas ao longo do período, houve grande reforço e ampliação dos sistemas de Tecnologia da Informação. As inovações, conseqüentemente, proporcionaram um salto gigantesco para o presente e o futuro da Defensoria Pública.

Portal da Defensoria

Principais funcionalidades desenvolvidas:

- Solicitações de certidões de nascimento, casamento e óbito aos cartórios, de forma eletrônica, através de integração com SINDIREGIS.
- Integração com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), possibilitando a consulta processual, o recebimento de intimações e o peticionamento por meio do Portal da Defensoria.
- Módulo de Tarefas para gestão das atividades das equipes de trabalho. A referida funcionalidade foi idealizada em conjunto com defensores e servidores que atuam na linha de frente, tendo participado do processo de *brainstorm*, coleta de requisitos e, posteriormente, dos testes das novas funcionalidades.
- Integração com o E-PROC para processos da área Criminal, Juizado da Infância e Juventude, Juizados Especiais Criminais, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais da Fazenda Pública e Turmas Recursais.
- Distribuição de intimação por atribuição com divisão por área (matéria), divisão por número sequencial e divisão por violência doméstica.
- Adição da solenidade “júri itinerante” quando da sinalização da realização de audiências pelo defensor.
- Informação de falecimento do assistido no cadastro.
- Registro de informações relacionadas a assistidos PCD no cadastro.
- Inclusão de campo para informar o motivo da devolução de uma intimação.
- Mecanismos de filtragem das intimações e filtro de eventos por Defensoria.
- Consulta por nome nos processos do sistema E-PROC.
- Ferramenta para gestão dos ofícios expedidos pelas Defensorias Públicas.

Gestão de TI

Evolução de processos – alinhados às melhores práticas do ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*):

- Gestão de Incidentes.
- Cumprimento de Requisições.
- Gestão de Problemas.
- Gestão de Acessos.
- Reformulação do Catálogo de Serviços.

Estabelecimento de novo processo: Gestão de Mudanças de TI.

Suporte de TI

- Realizado o atendimento de 32.331 chamados de suporte em TI, média diária de 127 atendimentos.

Sistemas contratados

- Sistema para Gestão de Estagiários.
- Sistema para Assinatura Eletrônica dos Termos de Estágio.
- Sistema para a Revista Eletrônica da Defensoria Pública.
- Sistema para Gestão do Planejamento Estratégico da DPE/RS.
- Sistema Webex para viabilizar atendimentos, reuniões e eventos de forma online.
- Aquisição de licenças do software KACE para gerenciamento remoto das estações de trabalho e notebooks.
- Aquisição de licenças dos softwares Adobe, AutoCAD, SketchUp e Pleo, utilizados pelas áreas administrativas da instituição.

Serviços contratados

- Empresa especializada para evolução do sistema de Business Intelligence (BI).
- Nova rede de comunicação de dados entre as unidades da Defensoria Pública, com incremento de velocidade.
- Rede de comunicação redundante com tecnologia SD-WAN para as unidades da Defensoria de maior porte.
- Novo serviço de telefonia móvel, com comodato de aparelhos smartphones para os defensores públicos.
- Capacitação dos servidores para atendimento de help desk.
- Extensão de garantia de microcomputadores.

Novos sistemas e melhorias

- Desenvolvimento de sistema para o Canal de Ideias da instituição.
- Desenvolvimento de rotinas para pagamento da folha de estagiários.
- Disponibilizado painel para acompanhamento de chamados no sistema CSI.
- Melhorias nos fluxos para atendimento de chamados no sistema CSI.
- Disponibilizados novos painéis para a ferramenta de BI relacionados a compras, gestão de contratos e projeção/ execução orçamentária.
- Implementada a busca por atribuição no sistema Consulta Institucional.
- Disponibilizados novos relatórios para área-meio e área-fim, dentre eles o mapa institucional.
- Implantado sistema para catálogo de obras literárias do CECADep.

Melhorias de infraestrutura

- Instalação de Wi-Fi e câmeras de CFTV em todo o prédio da Sede Administrativa.
- Implementados mecanismos de monitoramento remoto do Data Center.
- Medidas de ampliação da capacidade de acesso remoto à rede da instituição, incluindo aumento da velocidade da internet e de desktops virtuais.
- Estruturação de ambiente remoto para backup de dados.
- Instalação de novos mecanismos de segurança para estações de trabalho e servidores de rede.
- Instalação de novo firewall para proteção da rede institucional.
- Melhorias na central telefônica para o Alô Defensoria e para atendimento de suporte de TI.
- Estruturação lógica de novos prédios/salas da DPE.

Novos Workflows

- Novo processo unificado para solicitação de férias, licença-prêmio e folgas.
- Envio de efetividade dos estagiários.
- Cancelamento de férias.
- Consumo de Ata de Registro de Preço.
- Arguição de recusa de atuação.
- Envio do comprovante de votação.
- Votações do Conselho Superior.
- Assinatura eletrônica de documentos.
- Justificativa para não interposição de recursos.
- Vacinação Covid-19.
- Recadastramento Anual.

Aquisições

- 450 notebooks funcionais, de forma a viabilizar o atendimento de forma remota.
- 160 microcomputadores para renovação do parque de estações.
- 450 *webcams* para viabilizar atendimentos remotos e participação em audiências.
- 36 *switches* para interligação dos equipamentos de TI.
- 300 *headsets* para telefonia.

Outras iniciativas

- Participação na comissão que trata da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito da instituição.
- Melhorias relacionadas à segurança de TI no âmbito de sistemas e infraestrutura.

Projeto de Modernização Institucional – PMI

Ao longo dos últimos sete anos, a Defensoria Pública executou o Projeto de Modernização Institucional, financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O investimento foi de R\$ 44.440.000,00, sendo R\$ 39.996.000,00 financiados pelo Banco e R\$ 4.444.000,00 de contrapartida da Defensoria. Em 2021, foram concluídas todas as ações previstas no projeto.

Dentro das quatro diretrizes que nortearam o projeto, ficaram grandes legados, entre os quais destacam-se:

I – Fortalecimento Institucional: Com a implantação do Planejamento Estratégico, a Defensoria estabeleceu um grande avanço na gestão de suas ações e recursos, viabilizando o cumprimento de sua missão institucional. Com o Planejamento Estratégico implantado desde 2016, em 2022 será realizada sua reavaliação, objetivando adequar à nova realidade seus objetivos e ações estratégicas. Decisões estratégicas também passaram a ser tomadas baseadas em dados a partir da implantação de Portal de BI (Business Intelligence).

II – Automação e Informatização: A modernização tecnológica viabilizada por meio dos recursos do projeto possibilitou atender os grandes desafios impostos ao setor público nos últimos anos, especialmente no período da pandemia. Destacam-se: dotação de todas as unidades com novos equipamentos (computadores, impressoras, notebooks); instalação de equipamentos, sistemas e estrutura que garantem agilidade e segurança na gestão de dados e serviços (sala segura); e desenvolvimento de sistemas para a gestão de serviços das áreas meio e fim (Portal da Defensoria, Portal Institucional, sistemas para gestão de pessoas e processos).

III – Estruturação Física: A modernização do prédio-sede, com reforma de toda a área (8.140 m²) e estrutura (elevadores, subestação elétrica, reforma interna de 12 andares e de toda fachada externa) e implantação de auditório e área de atendimento ao público, proporciona segurança e espaço físico adequado e acolhedor, viabilizando instalações físicas, meios e condições adequadas de trabalho e atendimento ao público. Todas as áreas foram dotadas com estrutura nova de mobiliário. Além disso, foram adquiridos veículos, dentre os quais destaca-se a unidade móvel, que viabiliza a ida da Defensoria ao encontro do assistido em sua ação itinerante.

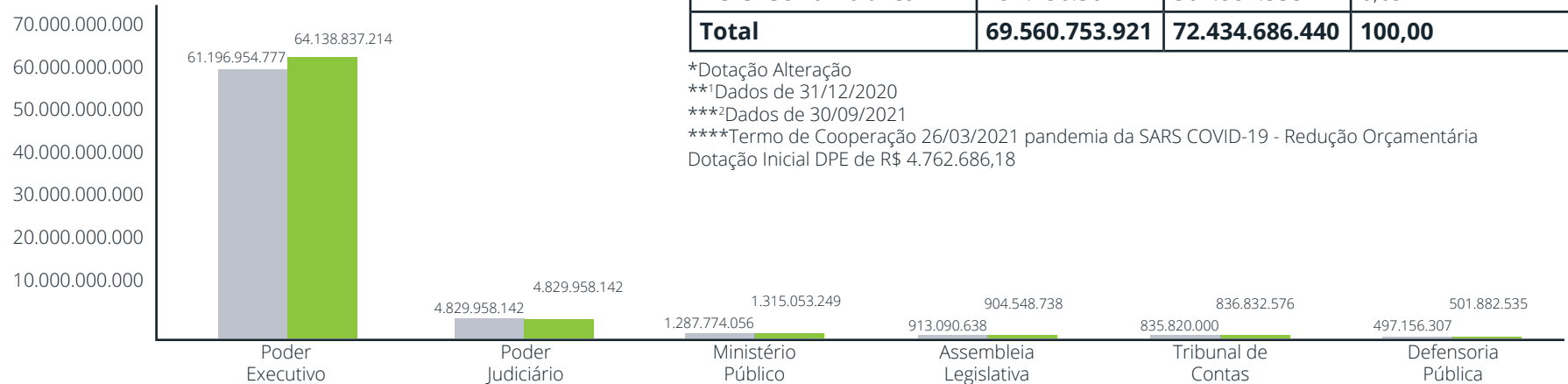
IV – Gestão e Capacitação de Recursos Humanos: Com as ações do projeto, foram estruturadas a gestão de pessoas por competência e uma plataforma de ensino à distância, objetivando a capacitação. Esta plataforma de ensino já conta com mais de 120 cursos disponíveis, qualificando defensores e servidores para uma gestão e atuação institucional eficiente. Fica o legado de estruturação da Defensoria Pública para cumprir a sua missão de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com quadro de agentes e servidores qualificados, infraestrutura tecnológica moderna e segura e ambientes de trabalho confortáveis e de acordo com as necessidades das unidades. Fica, também, o legado de uma governança e gestão alinhadas aos mais avançados processos, fundamentos e técnicas, permitindo a gestão estratégica de recursos humanos e financeiros de forma a alcançar os melhores resultados e satisfação dos assistidos.

Diretriz	Projeto	Previsto	Executado	% Executado
Fortalecimento Institucional	Implantação do Planejamento Estratégico e do Plano Diretor de TI	445.371,00	445.063,00	100%
	Fortalecimento da Defensoria Itinerante	800.000,00	800.000,00	100%
Automação e Informatização	Desenvolvimento de Sistemas	3.220.070,00	3.220.070,00	100%
	Aquisição de Sistemas Administrativos	900.000,00	900.000,00	100%
	Recomposição do Parque Tecnológico	10.127.100,00	10.127.100,00	100%
	Implantação de Sala Segura	2.811.434,00	2.811.434,00	100%
Estruturação Física	Reforma do Prédio-Sede	21.630.595,00	21.620.656,00	100%
	Recomposição de Mobiliário	2.454.751,00	2.454.751,00	100%
	Aquisição de Unidade de Transporte	297.500,00	297.500,00	100%
Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Aperfeiçoamento Técnico Jurídico de Defensores	400.092,00	400.092,00	100%
	Capacitação em Liderança e Gestão de Pessoas	360.262,00	360.262,00	100%
	Capacitação de Pessoal de Apoio da Atividade Fim e da Administrativa	364.420,00	364.420,00	100%
	Plano de Gestão e de Capacitação	265.049,00	265.049,00	100%
	Implantação de EAD	363.356,00	363.356,00	100%
Totais do Projeto		44.440.000,00	44.429.753,00	99,97%

Orçamento 2021

Participação dos Poderes

■ 2020 ■ 2021



*Dotação Alteração

**¹Dados de 31/12/2020

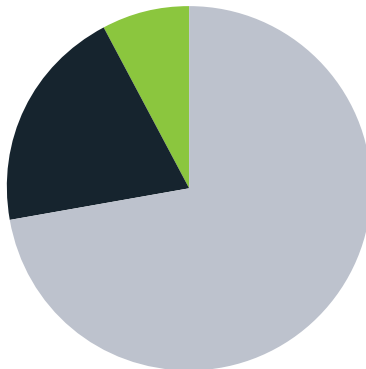
***²Dados de 30/09/2021

****Termo de Cooperação 26/03/2021 pandemia da SARS COVID-19 - Redução Orçamentária
Dotação Inicial DPE de R\$ 4.762.686,18

Orçamento 2021

Sistema de Justiça

■ Poder Judiciário
■ Ministério Público
■ Defensoria Pública



Poder/Órgão	2021 (R\$)	Representação %
Poder Judiciário	4.737.532.127	72,28
Ministério Público	1.315.053.249	20,06
Defensoria Pública	501.882.535	7,66
Total	6.554.467.910	100,00

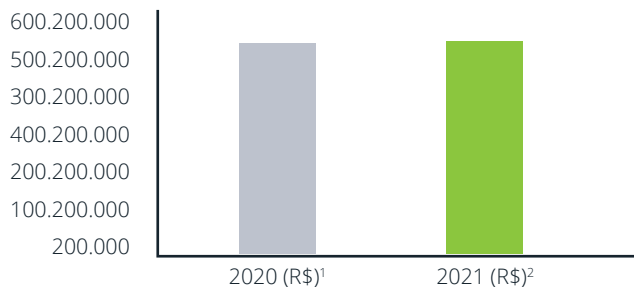
*Dotação Alteração

**Dados de 30/09/2021

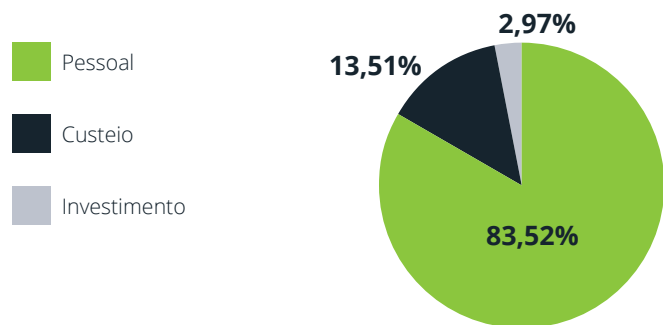
***Termo de Cooperação 26/03/2021 pandemia da SARS COVID-19 - Redução Orçamentária
Dotação Inicial DPE de R\$ 4.762.686,18

Evolução do Orçamento — 2020 x 2021

Evolução Orçamentária 2020 x 2021



Orçamento por Tipo de Despesa 2021



Despesa	2020 (R\$) ¹	2021 (R\$) ²
Pessoal	419.698.552	419.192.980
Custeio	64.303.456	67.796.019
Investimento	13.154.299	14.893.536
Total	497.156.307	501.882.535
Varição Anual		0,95%

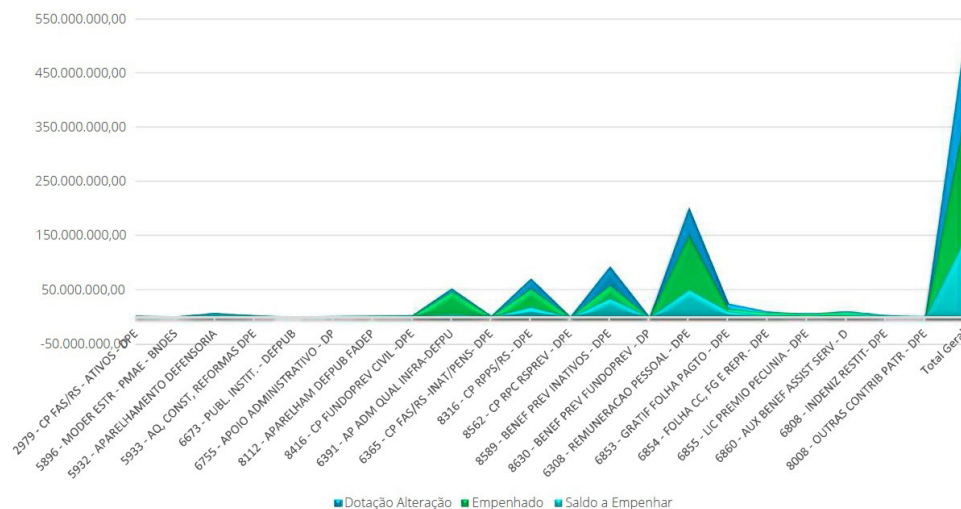
*Dotação Alteração

**¹Dados de 31/12/2020

***²Dados de 30/09/2021

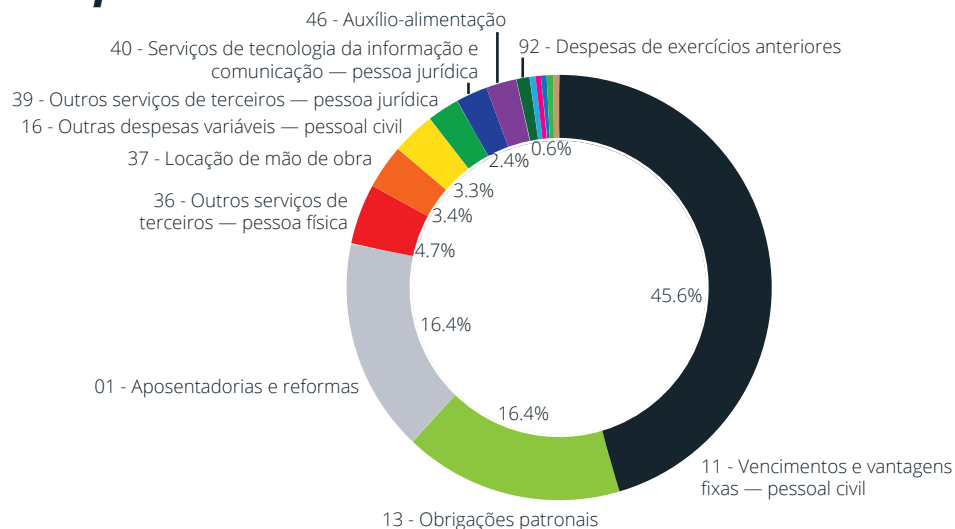
****Termo de Cooperação 26/03/2021 pandemia da SARS COVID-19 - Redução Orçamentária Dotação Inicial DPE de R\$ 4.762.686,18

Projetos em Execução 2021



*Empenhado até 30/09/2021

Participação da Execução — Elemento Despesa — 2021



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

*Empenhado por Elemento Despesa até 30/09/2021

**Dados BI DPE

***SUBDEFENSORIA
PÚBLICA-GERAL
PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS***

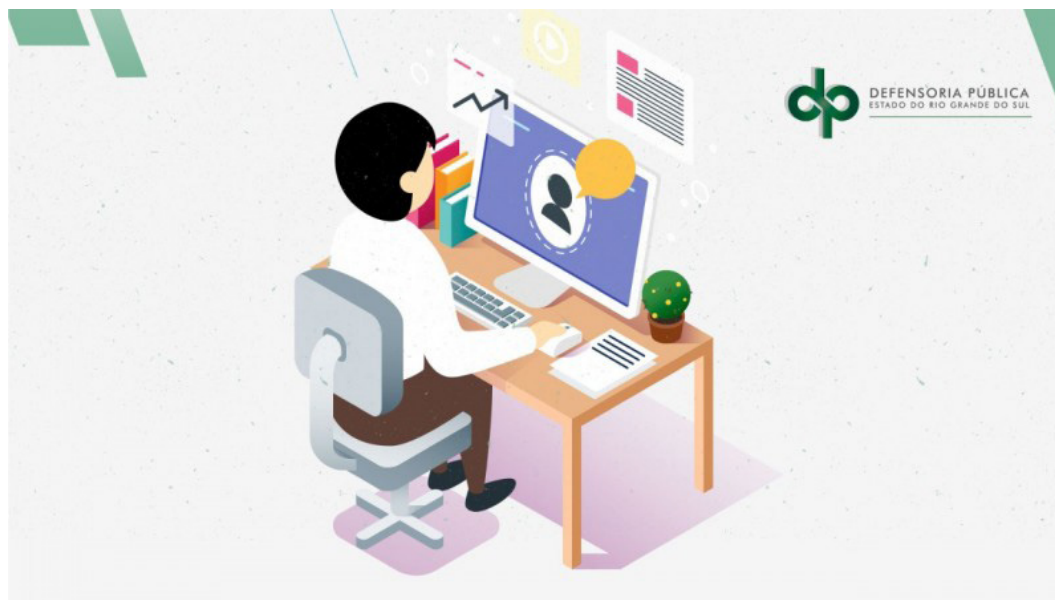
SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Atendimentos via canal “Fale Conosco”:

1.008

ENCAMINHAMENTOS E RESPOSTA DOS PEDIDOS RECEBIDOS PELO FORMULÁRIO NO SITE DA INSTITUIÇÃO



Plantão virtual para análise de Autos de Prisão em Flagrante (APFs)

Visando a garantir a ampla defesa, a Administração Superior, por meio da Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais, implantou, em outubro de 2020, o plantão virtual para analisar Autos de Prisão em Flagrante (APFs). O plantão inicia-se às 18h das sextas-feiras e se estende até às 18h das segundas-feiras. O mesmo vale para os feriados.

Durante o período, um defensor público por região fica em sistema remoto de sobreaviso. Sempre que ocorre uma prisão em flagrante, ele é comunicado para se manifestar virtualmente, visando a garantir a ampla defesa e o contraditório, antes da homologação ou não da prisão. O plantão abrange todas as cidades do Rio Grande do Sul.

“A relevância da atuação da Defensoria Pública no expediente da prisão é indiscutível. Neste momento tão grave da pandemia, se não houvesse o regime de plantão virtual, muitas prisões que ocorrem nos finais de semana somente seriam conhecidas pelos defensores na segunda-feira, por exemplo, prejudicando a garantia da ampla defesa e do contraditório, além de aumentar os riscos de contaminação pela Covid-19 nas delegacias”, comentou a subdefensora pública-geral para assuntos institucionais, Rafaela Consalter.



Câmara de Conciliação Criminal

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Criação da Câmara de Conciliação Criminal

Historicamente, um fato entendido como crime é tido como uma quebra da ordem social e determina a atuação de todo o sistema de justiça estatal que, ao final de um processo, muitas vezes longo, custoso e demorado, impõe uma resposta vista como um castigo, que deve prevenir e evitar fatos semelhantes, devolver o mal causado pelo mal da pena e ainda ressocializar o culpado.

Tendo em mente essas críticas e insatisfações, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul criou a Câmara de Conciliação Criminal, órgão vinculado ao Centro de Referência em Mediação e Conciliação da instituição. A iniciativa, encabeçada pela subdefensora pública institucional, foi lançada em maio de 2021 para marcar o mês da Defensoria Pública.

O acesso ao serviço da Câmara de Conciliação Criminal será feito a partir do encaminhamento por órgãos e instituições interessadas, notícias de defensores públicos e Núcleos Especializados, podendo ser feito inicialmente através do telefone (51) 3210-9300 e do e-mail cacrim-crmc@defensoria.rs.def.br.

Missão Defensoria no Veraneio

Em razão do maior volume de trabalho decorrente do deslocamento de veranistas para o litoral norte do Rio Grande do Sul nos meses de janeiro e fevereiro, a Defensoria promoveu a “Missão Defensoria no Veraneio 2021”.

As atividades ocorreram nas Defensorias Públicas Regionais de Capão da Canoa, Torres e Tramandaí, consideradas as três cidades da região com maior demanda.

As equipes possuíam atribuições de caráter excepcional nas Varas Criminais e no Juizado Especial Criminal, além de ingressar na escala de sobreaviso para manifestação nos autos de prisão em flagrante.

Ação Solidária

Nem a chuva e nem a apreensão por ela causada foram capazes de tirar a alegria do rosto dos moradores da comunidade das ilhas do arquipélago do Guaíba na tarde do dia 10 de junho de 2021. Isso porque mais de oito toneladas de alimentos, fraldas e itens de higiene e de limpeza foram entregues pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) e pela Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul (ADPERGS), como resultado da Ação Solidária Juntos Vamos Mais Longe. **Os valores foram doados por centenas de defensores públicos.** A campanha, que teve o apoio da Sociedade Espírita Ramiro D'Ávila, foi realizada entre 20/05/2021 e 07/06/2021.



Atos de andamento ordinário

Ofícios: **113**

Despachos de mero expediente: **75**

Pedidos de Providências de Agentes via CSI: **1.745**

Entre as principais solicitações e orientações estão:

- **362** análises de planos de substituição para fins de férias
- **33** análises de planos de substituição para fins de folgas
- **42** análises de compartilhamento, busca do agente e demais questões envolvendo substituições/acumulações
- **162** análises de ofícios recebidos
- **106** análises de intimações devolvidas
- **70** análises de pedidos de licenças/afastamentos
- **47** diligências para organização do plantão de sobreaviso
- **79** pedidos de designação em júris
- **53** chamados envolvendo atendimentos de assistidos
- **27** dúvidas envolvendo atribuições/competências

De 1º de outubro de 2020 até 24 de setembro de 2021 foram 1.745 atendimentos, tendo sido finalizados 1.712 com tempo mediano de resolução de 295,50 minutos.

Institucional

Júri Itinerante – Análise, inclusão na pauta e designação de agente para o Júri Itinerante: **21**

Portarias – Designação de agentes para atuação excepcional: **75**

Edital de Vacância nº 01/2021: Publicação no Diário Eletrônico da Defensoria, no dia 24/09/2021, do edital de vacância, com a disponibilização de três vagas.

Pareceres:

- Alteração de atribuições (criação, extinção e modificação): **27**
- Convênios: **38**
- Outros assuntos: **2**
- **Total: 27**

Manifestações:

- Pedidos de recusa de atuação nos casos de impedimentos de titulares: **24** indicações de substituto para o eventual acolhimento pela Chefia Institucional
- Outros assuntos: **22**
- **Total: 46**

Flagrantes recebidos das Delegacias de Polícia e encaminhados para os agentes com atribuição: **242**

Intimações: Distribuição manual de **30.151** intimações e vinculação dos defensores públicos para distribuição dos agravos no sistema E-PROC

Plantão de Sobreaviso: Total de **2.668** Autos de Prisão em Flagrante analisados

***SUBDEFENSORIA
PÚBLICA-GERAL
PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS***

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

496

EXPEDIENTES
ANALISADOS E
DESPACHADOS

239

PARECERES EXARADOS
PELA COMISSÃO DE
CRISE DO CORONAVÍRUS

702

PEDIDOS ANALISADOS
POR MEIO DO SISTEMA
CSI

Obras

Mesmo em um ano marcado por inúmeras restrições causadas pela pandemia da Covid-19, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) realizou diversas obras, visando a melhorar e proporcionar melhor acolhimento aos assistidos da instituição, bem como aos servidores, estagiários e defensores públicos. No total, foram 23 obras envolvendo novas sedes e estruturação de novas Defensorias.

Durante o período, foram concluídas 14 instalações de sedes, com previsão de conclusão de mais duas novas sedes para as próximas semanas:



1. Santo Ângelo
2. Caxias do Sul
3. São Sepé
4. Alegrete
5. IPERGS (Ala Norte e Ala Sul)
6. Piratini





- 7. Três Passos
- 8. Terra de Areia
- 9. Catuípe
- 10. Três de Maio
- 11. Sananduva
- 12. Feliz
- 13. Planalto
- 14. São José do Norte



Estruturação de novas Defensorias

Também foram estruturadas novas salas em Fóruns:

- | | |
|--------------------|---------------|
| 1. Rodeio Bonito | 6. Seberi |
| 2. Tenente Portela | 7. Nonoai |
| 3. Herval | 8. Campo Novo |
| 4. Nova Petrópolis | 9. Tucunduva |
| 5. Foro Central II | |

Reforma do prédio-sede

Com o objetivo de proporcionar maior segurança e conforto às pessoas que trabalham e circulam no prédio, além de economicidade e sustentabilidade, foi concluída a reforma da área administrativa do prédio-sede, localizado no centro de Porto Alegre. O projeto envolveu reforma estrutural, das redes elétrica, lógica e de água e esgoto, bem como climatização, iluminação, acessibilidade e proteção contra incêndio.



Primeira sede da DPE/RS construída com recursos próprios

As obras da nova sede da DPE/RS em Uruguaiana, na fronteira oeste, estão avançando e devem estar concluídas até o começo de 2022. Localizada em uma área de 468,68 m², no bairro São João, a sede será a primeira da história da DPE/RS construída com recursos próprios, através do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do RS (FADEP).

O prédio ficará em um complexo que concentra outros órgãos, como Ministério Público Estadual, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho. A doação do terreno foi feita pela Prefeitura da cidade.

DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO PREDIAL

A Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial, por meio da Unidade de Projetos, desenvolveu projeto de reforma para a sede da Defensoria Regional de Espumoso e projetos de leiaute para as novas sedes das Defensorias Regionais de Ijuí, São Luiz Gonzaga, São Lourenço e São José do Norte, com execuções previstas para o último trimestre de 2021.

No período, a Unidade de Projetos atendeu 283 chamados através da Central de Serviços Integrados (CSI). Os chamados abrangeram os serviços de projeto arquitetônico, de acessibilidade, projetos complementares, alteração de leiaute, solicitação de estação de trabalho completa, mobiliário, equipamentos e persianas.

A Unidade de Execução atendeu 567 chamados através da Central de Serviços Integrados (CSI). Os chamados estão relacionados a: reestruturação de novas sedes e de sedes existentes; alterações de leiaute em Fóruns e sedes alugadas; elaboração de pareceres técnicos de vistoria; avaliações de pedidos de materiais de uso restrito; solicitações de persianas; e comunicação visual de sedes.

A Unidade de Manutenção atendeu 1.047 chamados através da Central de Serviços Integrados (CSI), principalmente de manutenções corretivas (822 chamados) e 39 rotas de manutenções preventivas (225 chamados – 1031 splits e CDs elétricos) das Defensorias Regionais, em imóveis alugados, cedidos ou em salas no interior de Fóruns.

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

Foram 4.887 pedidos de competência da Diretoria de Logística feitos pelos usuários, sendo atendidos até o momento 4.818, em 191 rotas de atendimento. Dentre os principais atendimentos, destacam-se as entregas de materiais relacionados à proteção contra a pandemia da Covid-19 (álcool gel, máscaras de acrílico, máscaras descartáveis, etc.), em 178 Defensorias.

Entre outras atividades, o setor de Logística também realizou, em julho de 2021, o transporte de 12 mil cestas básicas destinadas a familiares de apenados da Região Metropolitana. A iniciativa faz parte da campanha “RS Urgente: A fome não espera”, organizada pela Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN).



Gestão de imóveis: locações, convênios e encargos

- 99 Defensorias Regionais com sede própria (imóveis alugados).
- 108 Defensorias Regionais instaladas junto aos espaços cedidos através de convênio firmado com Tribunal de Justiça, além de algumas destinações (número de imóveis e ocupações).
- Para manutenção destes espaços, tramitam aproximadamente 200 processos administrativos.

Em razão da variação desproporcional do IGP-M, a Diretoria de Logística, juntamente à Direção-Geral e à Unidade de Contratos e Convênios, especialmente, na condição de gestora, está renegociando os contratos de locação da Defensoria Pública, sendo que todos os contratos com vencimento no período foram renegociados. O índice de correção IGP-M foi substituído pelo IPCA, o que trará uma grande economia a médio e longo prazo.

Inventário anual

No período, a Defensoria Pública teve grande avanço sobre o controle patrimonial, especificamente na realização do inventário anual, passando a utilizar fluxo do Workflow (Inventário Digital) para executar a tarefa. No segundo ano da utilização da ferramenta, 100% digital, já se constata uma melhoria significativa. O formato reduz os custos operacionais com deslocamento, processos e pessoal, bem como centraliza as informações sobre o inventário somente em uma plataforma, tornando-se mais eficiente.

Gestão de documentos

A Defensoria Pública concluiu o projeto de Gestão Eletrônica de Documentos, o que se concretiza na Tabela de Temporalidade Documental e no Plano de Classificação Documental.

Um avanço administrativo que merece destaque é a erradicação dos processos físicos, sendo que toda movimentação administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é 100% digital – PROA. Ainda, no período, todos os processos administrativos físicos foram transformados em processos digitais, ocasião em que foram digitalizados aproximadamente 200 processos de diversas naturezas.

Compras

Um dos principais trabalhos realizados e consolidados no período foi o Planejamento de Contratações e Compras, realizado a partir do ano de 2020 e instituído como obrigatório para os exercícios seguintes. Através dele, todas as compras e contratações do exercício seguinte são previamente aprovadas, trazendo eficiência para a cadeia de suprimento, previsibilidade orçamentária e economia aos cofres da Defensoria Pública.

A Diretoria de Logística passou a atualizar um software BI, o qual consolida as informações de custo, estoque, necessidades de reposição, fluxo e consumo de bens e materiais, trazendo eficiência para a administração. Ainda, no exercício, foram revistos os fluxos de compra juntamente à Direção-Geral e à Comissão Permanente de Licitações, o que se consolidou na Resolução DPGE nº 21/2020.

Ademais, ocorreu a informatização do procedimento administrativo, hoje digital e desenvolvido 100% dentro do sistema Workflow, um grande passo para a área de compras. Com todas estas medidas, os processos de compra reduziram seu tempo de duração de seis para dois meses.

Principais aquisições

- Aquisição de 450 notebooks, os quais foram distribuídos aos defensores públicos.
- Andamento no plano de renovação da frota, concluindo a aquisição de dois Fiat Fiorino Furgão, um caminhão VUC Iveco Cabine Dupla, uma Van 15 lugares Iveco Minibus e três Chevrolet Spin.
- Foram adquiridos e incorporados um total de 2.824 bens (informática e bens móveis), perfazendo o valor de R\$ 6.391.586,33 até a presente data. Destes, R\$ 678.064,84 (10,61%) foram utilizados em aquisição de bens para o estoque, totalizando 1.187 bens (42,03%), entre móveis, condicionadores de ar – bens permanentes.
- Aquisição de 450 painéis de acrílico, distribuídos às Defensorias Regionais, a fim de auxiliar no combate à Covid-19, bem como propiciar melhores condições sanitárias aos servidores e membros no desempenho de suas funções.
- Compra de máscaras N95, protetores faciais, álcool gel, itens para organização dos atendimentos, cartazes e adesivos informativos, os quais podem ser requisitados pelos defensores, servidores e estagiários através do sistema FPE.
- Contratação de intérpretes de LIBRAS, serviço disponível para todo o estado, de forma online e presencial. O contrato visa à melhoria do acesso à justiça e um atendimento igualitário e inclusivo aos assistidos.

Licitações realizadas

Realizadas 163 licitações, nas modalidades abaixo:

PREGÃO
ELETRÔNICO

77

DISPENSA DE
LICITAÇÃO

38

ATA DE REGISTRO
PRÓPRIO DE PREÇOS

28

INEXIGIBILIDADE

10

ADESÃO À ATA

8

TOMADA DE PREÇOS

2

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Gestão da saúde dos servidores

No período, foram recebidos e encaminhados licenças e atestados médicos para licença de defensores e servidores. Foram realizadas discussões de caso e encaminhamentos às instâncias competentes para análise e deliberação.

Outras formas de prevenção: Iniciado Programa de Desenvolvimento de Equipes, tendo como piloto a Diretoria de Finanças.

Acompanhamento da pandemia da Covid-19

- Controle dos dados.
- Notificação às vigilâncias dos municípios e assessoramento aos defensores regionais quanto aos trâmites de saúde.
- Continuação de fluxos criados na Unidade para solicitação de testes sem ônus para instituição, quando cabível.
- Aproximadamente 380 casos analisados, entre 110 suspeitos, 143 positivos e 125 negativos.
- Orientações sobre práticas preventivas.
- Participação técnica na Comissão de Gerenciamento de Crise do Coronavírus.
- Elaboração de relatórios estratégicos para tomada de decisões no âmbito da Comissão de Crise.
- Elaboração de formulário para padronizar a solicitação de informações dos casos suspeitos e/ou positivos.
- Registro e acompanhamento de todos os casos a ser analisados, além do controle de vacinação.

Ingresso e movimentação de servidores

- A Unidade de Desenvolvimento de Pessoas iniciou 681 processos de estágio probatório.
- Exonerações de servidores: 69.
- Nomeações: 46 analistas e 138 técnicos. Total: 184.
- Progressão: 270 fluxos iniciados e publicados.
- Remoções: 64 fluxos iniciados e publicados pelo Workflow.
- Acolhimentos virtuais realizados pela UNIDEP com o multiplicador, gestores e o novo servidor: 70 encontros.

Projetos em andamento no âmbito da Gestão de Pessoas

- Desenvolvimento de Equipes com a Diretoria de Finanças e Contratos.
 - Publicação de Resolução disciplinando a progressão e promoção dos servidores.
 - Publicação da Resolução do teletrabalho.
 - Proposta da Política de Gestão de Pessoas em fase final de elaboração.
-

Unidade de Supervisão de Estágios

- 42 convênios finalizados com as instituições de ensino do estado.
 - 1.025 novos ingressos de estagiários remunerados.
 - 408 trabalhadores voluntários entre novos ingressos e rescisões no período.
 - 409 aditivos contratuais de estágios remunerados.
 - 485 editais abertos para ingresso em estágio.
 - 108 certidões emitidas.
 - Folha de pagamento estruturada via Workflow.
 - Informatização e readequação no processo de ingresso dos trabalhadores voluntários.
 - Análise documental e formalização dos ingressos de estagiários cedidos pelos Municípios.
 - Ampliação das vagas de estágio remunerado.
 - Ampliação nas conversões de vagas de graduação para pós-graduação.
-

Unidade de Administração de Pessoal

- Desenvolvidas e validadas atividades laborais formatadas e customizadas por efetividade, no RHE, para remuneração e anotação na efetividade dos servidores.
- O fluxo de férias atendido por Workflow recebeu melhorias para informação dos interessados e dos atestadores.
- O Workflow serviu também para solicitação, concessão e controle de saldos de férias, tanto para gozo quanto para eventual indenização limitada a 1/3 do direito, trazendo maior segurança ao atestador da concessão.
- A comunicação de dados para utilização da ferramenta Qlick Sense recebeu melhorias de dados informativos extraídos do RHE.
- Foram confeccionadas 12 folhas de férias, 39 folhas mensais, 12 folhas para informação de “margem” para consignatários, 36 folhas mensais de cálculo de diferenças de 13º vencimento.
- Promovidas 59 solicitações de desenvolvimento e melhoria, no RHE, para atender demandas para melhorar o atendimento das efetividades para o servidor, das quais 34 foram exitosas e atendidas.

***SUBDEFENSORIA
PÚBLICA-GERAL
PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS***

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



Em novembro de 2020, após o grave episódio envolvendo a morte de João Alberto Silveira Freitas nas dependências de uma unidade da rede Carrefour, em Porto Alegre, a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos ingressou com uma ação coletiva contra a rede Carrefour e Grupo Vector Segurança Patrimonial. O trabalho foi realizado com participação dos Núcleos de Defesa Criminal, de Defesa dos Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor e do Grupo de Trabalho sobre Igualdade Racial da Defensoria Pública.

Entre outras coisas, a ação demandou da rede Carrefour o pagamento de indenização no valor de R\$ 200 milhões de reais por danos morais coletivos e sociais. O valor, ao fim do processo, deverá ser destinado para fundos de combate à discriminação, de defesa do consumidor, etc.

Posteriormente, a instituição atuou intermediando os acordos de indenização, por meio da Câmara de Conciliação, entre familiares da vítima e o Carrefour. Além disso, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU) e as entidades Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) e Centro Santo Dias de Direitos Humanos firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Carrefour Comércio e Indústria LTDA, Comercial de Alimentos Carrefour LTDA. e Atacadão S.A., no valor de R\$ 115 milhões para estabelecimento de ações de enfrentamento ao racismo.

Desde julho de 2021, a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos vem atuando nas negociações entre moradores das cidades de Candiota e São Jerônimo e a CGT Eletrosul. Em Candiota, são cerca de 1,7 mil pessoas que residem em dois bairros localizados nas imediações da Usina de Candiota. As famílias vivem há décadas nos dois locais (Vilas Operária e Residencial), algumas delas, inclusive, há mais de 60 anos. No entanto, a área pertence à CGT Eletrosul, empresa subsidiária da Eletrobras. Com a intenção do Governo Federal de privatizar a Eletrobras, os terrenos, bem como os imóveis, poderão ir a leilão e os moradores serão obrigados a deixar suas casas. Mutirões de atendimentos aos moradores foram realizados no município e reuniões com a empresa foram realizadas em Santa Catarina.

Situação semelhante ocorre em São Jerônimo, onde cerca de 300 pessoas são afetadas pelo impasse.



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), por meio da Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos assinou termo de cooperação com o Governo do Estado e demais Poderes e instituições para a criação, estruturação e funcionamento do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP), em Porto Alegre.

Com o objetivo de amenizar o problema com a custódia de presos e desafogar as delegacias, o NUGESP será um grande centro de triagem e oferecerá 708 vagas para pessoas detidas que aguardam ingresso no sistema prisional. A iniciativa é resultado de uma série de reuniões e debates entre DPE/RS, Secretaria de Segurança Pública, Judiciário, Ministério Público Estadual e demais envolvidos no sistema de justiça.

Atos de andamento ordinário

Ofícios: **75**

Ofícios-circulares: **1**

Despachos: **280**

Processos Administrativos Eletrônicos – PROA: **248**

Análises de projetos, orientações e demandas dos Núcleos Especializados: **452**

Pareceres: **86**

Consultas: **32**

Consultas outros meios: **207**

Viagens institucionais: Candiota, Bagé, Livramento, Uruguaiana, Rosário do Sul, Alegrete, São Gabriel, Encruzilhada do Sul, São Jerônimo, Florianópolis/SC, Palmas/TO e Brasília/DF.

Principais orientações

- **ORIENTAÇÃO CONJUNTA CGDPE-SUBJUR N° 01/2021** – Orienta sobre o não ajuizamento de ações que tenham por escopo leitos de UTI adulto, enquanto não ocorrer melhoria da situação de leitos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
- **ORIENTAÇÃO CONJUNTA CGDPE-SUBJUR N° 02/2021** – Orienta sobre o não ajuizamento de ações que tenham por escopo a obtenção do imunizante contra a Covid-19 para quem não estiver contemplado na ordem de prioridades e fases estabelecidas no Plano de Vacinação Estadual e nas atualizações informativas divulgadas pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto não ocorrer a melhora da situação de leitos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
- **ORIENTAÇÃO N° 01/2021 – SUBJUR-DPE** – Orienta quanto ao emprego de informações oriundas do INFOSEG em expedientes extrajudiciais e processos judiciais em que atua a Defensoria Pública do Estado.
- **ORIENTAÇÃO N° 02/2021 – SUBJUR-DPE** – Consolida e publiciza compreensões da Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos que envolvem o Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (FADEP) aplicadas às esferas administrativa e judicial.
- **ORIENTAÇÃO N° 03/2021 – SUBJUR-DPE** – Orienta quanto ao atendimento de casos relacionados a resultados dos exames de DNA realizados no período de 2003 a 2005.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Defensoria Pública patrocina a defesa de direitos patrimoniais por meio da orientação e da solução de conflitos através de acordo e, se necessário, promovendo todas as ações e respostas em demandas envolvendo pessoas naturais e jurídicas e entes públicos como o Estado e os Municípios.

Os acordos celebrados com a participação de defensor público na área cível possuem a mesma eficácia de sentença.

Entre as matérias mais comuns estão compreendidas a posse e a propriedade (usucapião, reintegração de posse e usufruto), cobranças, contratos (despejos e retomada de imóvel), sucessões (inventários e alvarás para levantamento de valores) e indenizações por danos materiais e morais.

CÍVEL

CÍVEL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Lançamento da campanha “Conversando a Gente se Entende”, em maio de 2021, que teve como objetivo resolver os litígios, nas áreas cível e familiar, sem ingresso de ação na justiça. A ação buscou auxiliar, principalmente, as pessoas mais afetadas pela pandemia da Covid-19.
- Renovação, até dezembro de 2021, da parceria entre DPE/RS e Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), iniciada em junho de 2021, em que os usuários dos serviços da Companhia com débitos junto à empresa podem negociar os valores devidos em sessões de conciliação promovidas pela Defensoria.
- Lançamento de ferramenta específica para calcular se os juros pagos pelos consumidores são abusivos. O projeto, intitulado “Juro Justo”, iniciou como piloto durante todo o mês de julho de 2021 e está sendo avaliada a possibilidade de que ele se torne um serviço permanente da Defensoria.
- Assinatura, em maio de 2021, do Termo de Cooperação com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) para viabilizar a solução extrajudicial de inadimplências com o órgão. Desta forma, os conflitos são solucionados de maneira mais ágil.
- Em agosto de 2021, a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão que proíbe imobiliárias de reterem os boletos das taxas condominiais do mês vigente daqueles consumidores com débitos em aberto. Os casos chegaram ao conhecimento da DPE/RS em 2019, o que gerou uma ação coletiva.
- Realização de dois seminários de capacitação, em dezembro de 2020, para defensores, servidores e estagiários, a fim de qualificar o atendimento de pessoas idosas na instituição.
- Lançamento da campanha “Existência Digna”, em outubro de 2020. O objetivo foi viabilizar o chamado registro tardio, que é aquele feito após o prazo legal, e auxiliar na diminuição do sub-registro.
- Realização do “Seminário de Atualização: A Prática Extrajudicial do Tratamento do Superendividamento”, em setembro de 2021, voltado a defensores e servidores da instituição, com exposição dos resultados dos estudos feitos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no âmbito do superendividamento da população idosa no Brasil.



Juro/
Justo/

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Realização de mais de sete mil atendimentos à população pela Câmara de Conciliação Cível.
- 2.** Ampliação da realização de sessões virtuais.
- 3.** Mais de 300 sessões de conciliação virtuais, sendo formalizados mais de 120 acordos em sessão e mais de 130 por e-mail.
- 4.** Nos acordos formalizados, foi negociado o montante total de R\$ 3.636.688,03, havendo desconto/devolução de R\$ 457.328,38.
- 5.** Ampliação de parcerias da Câmara de Conciliação com empresas e instituições, a fim de garantir maior eficiência e agilidade às conciliações realizadas.
- 6.** Criação, dentro da Câmara de Conciliação, de uma via especializada de atendimento à população superendividada, visando à repactuação em bloco das dívidas, com abrangência em todo o estado.
- 7.** Remessa de mais de 280 ofícios externos para a garantia dos direitos dos cidadãos.
- 8.** Implementação do projeto “Juro Justo”, uma ferramenta específica para calcular se os juros pagos pelos consumidores são abusivos, com atendimento de mais de 330 pessoas em dois meses de piloto.
- 9.** Realização da Semana Conversando a Gente se Entende em parceria com o NUDEFAM, realizando, em seis dias, inclusive no sábado, mais de 60 sessões de conciliação, com índice de acordos que ultrapassou 75%.
- 10.** Formalização de aproximadamente mil acordos de renegociação de dívidas por consumidores vinculados ao Banco do Brasil (pessoa física, pessoa jurídica e produtores rurais), de forma presencial e remota, o que totalizou R\$ 2,6 milhões.

A Defensoria Pública é encarregada de velar pelas relações de consumo e proteger o consumidor, tanto na seara individual quanto na coletiva. Sua atuação abrange o âmbito preventivo, proativo e indenizatório, na seara administrativa ou judicial, em qualquer grau de jurisdição. Realiza e estimula a integração e o intercâmbio permanente entre os demais órgãos e instituições de defesa do consumidor. Promove ações coletivas e ações civis públicas para a efetiva defesa dos consumidor e da coletividade. Apresenta recursos, inclusive nos Tribunais Superiores, na defesa de suas postulações e ações. Ainda, atua na promoção e divulgação da educação em direitos, em especial os voltados à cidadania e defesa do consumidor, bem como na divulgação do ordenamento jurídico que vise à proteção da coletividade e das relações de consumo.

CONSUMIDOR E TUTELAS COLETIVAS

CONSUMIDOR E TUTELAS COLETIVAS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- A rede de Supermercados Economia e E-Atacarejo, de Carazinho, assinou um termo de compromisso com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), em novembro de 2020, visando à destinação de 25% de suas vagas a pessoas integrantes de grupos vulneráveis (negros, pessoas com deficiência, idosos e indígenas). A consolidação deste tipo de termo é algo inédito no estado e objetiva reduzir as desigualdades sociais e promover a igualdade de oportunidades.

- Realização de mutirão, em junho de 2021, na região das ilhas do Guaíba. Foram atendidas dezenas de pessoas que trabalham com reciclagem de lixo. Além dos atendimentos, a Defensoria também escutou a comunidade e as lideranças.

- A DPE/RS realizou visita na região do 4º Distrito de Porto Alegre para entender a situação e as demandas dos trabalhadores que manuseiam resíduos recicláveis. Na oportunidade, foram ouvidos carrinheiros, representantes de galpões de catadores autônomos, catadores familiares, cooperativas e uma associação. Entre as reivindicações trazidas, estão as

dificuldades causadas pela imposição de multas em valores elevados, além da apreensão de carrinhos e de material reciclável.

- Realização da oficina “Educação Financeira para Assistidos”, no dia 27 de agosto de 2021, em formato online. Nesta primeira edição, a oficina foi voltada para a capacitação dos defensores públicos. Posteriormente, a ideia é realizar oficinas exclusivamente para os assistidos.
- Conciliação com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Porto Alegre, para o fornecimento de energia elétrica à comunidade da Chácara das Bananeiras. A busca pela instalação de energia elétrica estendia-se há mais de 30 anos, até a realização do acordo extrajudicial, em maio de 2021.
- Envio de recomendação à Prefeitura de Canela, solicitando a liberação do trabalho dos vendedores ambulantes, seguindo todos os protocolos de segurança, nas vias públicas da cidade. O documento foi enviado em abril de 2021 e assinado também pelo Ministério Público.

- Suspensão de milhares de contratos da ABK Financeira, em Encruzilhada do Sul, após ação civil pública da DPE/RS em abril de 2021. Os consumidores lesados, em geral, eram idosos, analfabetos e pessoas vulneráveis. Por meio da falsificação de assinaturas, a financeira efetuava empréstimos não consentidos. Em setembro de 2021, a DPE/RS promoveu um mutirão de atendimento às vítimas de fraudes promovidas por instituições financeiras que não cumpriram a decisão liminar de suspensão desses contratos.
- Ajuizamento de ação coletiva, em dezembro de 2020, que foi atendida pela Justiça e determinou que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) concedesse antecipação do 13º salário aos servidores que estavam negativados.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO E DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO

- 1.** Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a Rede Carrefour, referente à morte do consumidor João Alberto Silveira Freitas, morto por seguranças do supermercado no dia 11 de junho.
- 2.** Mutirão presencial que atendeu a catadores de lixo nas Ilhas do Arquipélago, em Porto Alegre.
- 3.** Atendimento e orientação jurídica, em dois mutirões presenciais, a moradores de Candiota que podem vir a perder suas moradias.
- 4.** Elaborada Cartilha dos Direitos do Consumidor, em parceria com a Defensoria Pública Regional de Carazinho.
- 5.** Mutirão de atendimento às vítimas de fraudes promovidas por instituições financeiras em Encruzilhada do Sul.
- 6.** Orientação sobre a decisão que suspende corte de luz de famílias de baixa renda em razão de inadimplemento.
- 7.** Reunião realizada na sede do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), na cidade de Porto Alegre, para debater soluções a ser empregadas em prol da população carente e vulnerável dos recicladores.
- 8.** Reunião com representantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre (CPC POA), para tratar de assuntos referentes aos comerciantes populares que atuam na cidade.
- 9.** Ajuizamento de ação civil pública contra a CORSAN, visando a impedir a suspensão ou corte de fornecimento de água aos consumidores gaúchos.
- 10.** Ajuizamento de ação civil pública contra advogada que proferiu frase que remete ao período nazista.

A Defensoria Pública presta atendimento especializado para promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes, atuando no âmbito protetivo, socioeducativo e de educação em direitos. Na seara protetiva, a Defensoria Pública tem legitimidade para propor medidas judiciais ou extrajudiciais para a tutela de interesses coletivos ou individuais de crianças e adolescentes, podendo, ainda, representar junto aos sistemas internacionais de proteção. Na seara socioeducativa, a Defensoria Pública tem o dever legal de assegurar aos adolescentes em conflito com a lei o pleno exercício de seus direitos e garantias fundamentais.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

CRIANÇA E ADOLESCENTE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Assinatura de nota técnica, junto a outras entidades, recomendando a inclusão de gestantes e puérperas de 12 a 17 anos de idade, com ou sem comorbidades, e adolescentes com deficiência permanente que recebam ou não o Benefício de Prestação Continuada (incluindo a Síndrome de Down e o Transtorno do Espectro Autista), comórbidos, de comunidades tradicionais e os privados de liberdade no Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19 do Estado do Rio Grande do Sul.

- Em maio de 2021, a DPE/RS garantiu que gestantes apenas ficassem com seus bebês dentro do Presídio Madre Pelletier, durante a pandemia, caso não obtivessem as prisões domiciliares.

- Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, em agosto de 2021. A medida visa a unir instituições de todo o país em prol de ações pela defesa e garantia dos direitos de crianças na primeira infância.

- Promoção, em maio de 2021, de oficina virtual de educação em Direitos das Famílias. A iniciativa visou à capacitação e qualificação de profissionais que atuam nos serviços de acolhimento institucional e socioeducativo, Assistência Social, conselheiros de direitos, servidores públicos municipais e estaduais em atendimento às famílias e público em geral.

- Disponibilização de um curso de empreendedorismo online para os socioeducandos de dez unidades da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), em parceria com a Agência Besouro. Ao total, 24 adolescentes participaram do projeto, em novembro de 2020.

- Apoio ao curso “Adolescentes: Proteção e Trabalho Intersetorial em Tempos de Pandemia”, elaborado pelo Comitê de Políticas Sociais e Educação, em outubro e novembro de 2020. O objetivo foi capacitar profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente e profissionais da educação para reconhecer, atender e encaminhar adequadamente todo e qualquer jovem em situação de abuso.

- Apoio na elaboração da cartilha “Direitos das Crianças e Adolescentes em Abordagens Policiais”, do Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre, do qual a DPE/RS é membro. O material foi divulgado em outubro de 2020.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Atuação coletiva, judicial e extrajudicial, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com a participação em 71 reuniões e a expedição de 57 ofícios diversos.
- 2.** Realização do Projeto “Pai? Presente!” em colaboração com as Defensorias Públicas de todo o estado. Este projeto possui como principal objetivo garantir à criança e ao adolescente o direito de saber a verdade sobre a sua paternidade e de inclusão do nome paterno no registro civil, além do direito à convivência familiar e demais direitos correspondentes, com o oferecimento e realização de exame de DNA extrajudicial de forma rápida e gratuita.
- 3.** Representação da Defensoria Pública em 27 eventos, destacando-se a abertura da 27ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul, realizada no Palácio Piratini, em que foi entregue, pelo governador Eduardo Leite, o Projeto da Lei Gaúcha de Acessibilidade e Inclusão (LEGAI), que adapta o Estatuto da Pessoa com Deficiência à realidade gaúcha.
- 4.** Expedição de 58 orientações individuais aos defensores e servidores sobre temas relacionados à infância e juventude.
- 5.** Expedição da Orientação Conjunta nº 01/2021/NUDS/NUDECA/NUDECONTU aos defensores públicos, para que, em suas respectivas Defensorias, seja expedido Ofício à Secretaria Municipal de Educação questionando acerca dos protocolos sanitários a ser seguidos quando do retorno às aulas presenciais (pós-bandeira preta).
- 6.** Expedição da Orientação nº 01/2021/NUDECA aos defensores públicos do Estado do Rio Grande do Sul com atribuição no atendimento e ajuizamento na área da infância e juventude, para que seja enviado Ofício às escolas particulares do respectivo município de atuação, no intuito de recomendar o cumprimento das normas relativas à inclusão das crianças com deficiência.
- 7.** Participação no Grupo de Trabalho “Pacto pela Socioeducação” do Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre, que elaborou documento entregue aos candidatos à prefeitura do município de Porto Alegre, Sebastião Melo e Manuela d’Ávila, no qual foram elencadas as mais urgentes problemáticas e necessidades do município nas áreas de assistência social, educação, saúde mental, qualificação e inserção profissional, cultura, esporte e lazer, no que tange a adolescentes em conflito com a lei.
- 8.** Participação nas Assembleias do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente (CEEVSCA), nas reuniões da Comissão Executiva e do Grupo de Trabalho para a organização de curso de capacitação sobre a Lei nº 13.431/2017 e a implementação dos Centros de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil Regionais no Estado do Rio Grande do Sul (CRAIs).
- 9.** Palestra no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, promovido pelo CNJ – Região Sul, com workshop que teve como tema o projeto “Pai? Presente!”.
- 10.** Abertura/acompanhamento de procedimentos administrativos e ajuizamento/andamento de procedimentos judiciais, num total de 12 peças elaboradas, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Estado do Rio Grande do Sul.

A Defensoria Pública é encarregada de prestar orientação jurídica e promover defesa em matéria criminal de todos os cidadãos que estejam sendo acusados da prática de ilícito penal ou cumprindo pena. A instituição atua em todos os graus da Justiça Estadual, no acompanhamento de flagrantes, nos processos perante o Juiz da Comarca, acompanhamento de recursos no Tribunal de Justiça do Estado e Tribunais Superiores, em Brasília. A Defensoria Pública do Estado também tem atribuição para atuar nos processos que tramitam perante a Justiça Militar Estadual, defendendo policiais militares e bombeiros. Atua, ainda, em favor da vítima, protegendo-a e buscando a restauração do dano sofrido.

DEFESA CRIMINAL

DEFESA CRIMINAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Após quatro anos preso preventivamente, um jovem de 24 anos foi absolvido no Tribunal do Júri, em julho de 2021, com a ajuda da DPE/RS. O caso aconteceu no município de Alvorada. O irmão do rapaz, que também havia sido acusado do crime e também estava preso, não teve o mesmo destino. Aos 22 anos, o jovem faleceu na prisão, vítima de tuberculose e complicações da Covid-19, em agosto de 2020. O crime do qual ambos eram acusados aconteceu em 2016. Na ocasião, uma casa foi invadida por dois atiradores que procuravam por um desafeto, mas acabaram matando outro homem. Os criminosos conseguiram fugir e, após algum tempo, os irmãos, que eram vizinhos da casa, foram verificar o ocorrido. Uma testemunha que estava no local reconheceu os rapazes e acusou-os do crime. Presos preventivamente em 2017, os assistidos da DPE/RS não possuíam antecedentes criminais. Para o defensor público que atuou no processo, lesus Cabral, o fato de serem pobres e negros pode ter pesado na forma em que se deu o inquérito e o processo.



- Realização do curso online “Conhecendo a Lei de Execuções Penais”, em dezembro de 2020, dirigido a familiares, egressos e pessoas da sociedade civil interessadas na temática.
- Com a prática “Defesa das garantias pré-processuais dos detidos em flagrante no âmbito da Delegacia de Polícia”, a DPE/RS foi a vencedora da 17ª edição do Prêmio Innovare, na categoria Defensoria Pública, em dezembro de 2020. A prática consiste na disponibilização de uma equipe de defensores para atendimento, em regime de plantão, dos presos em flagrante em três delegacias de Porto Alegre.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO



1. Realização do curso “Defensoria Pública e Perspectivas Criminológicas”, em julho de 2021, direcionado a defensores, servidores e estagiários da Defensoria Pública.

2. Promoção das lives semanais “Mateando com a Defensoria”, tratando de assuntos de interesse da instituição e da população gaúcha.

3. Realização de duas edições do Encontro Virtual de Defensoras e Defensores Criminais, sendo a primeira em novembro de 2020 e a segunda em julho de 2021.

4. Realização dos podcasts “Debates Criminológicos”, divulgados na plataforma Spotify, a partir de setembro de 2020.

5. Criação do Grupo de Estudo Abdias Nascimento, em outubro de 2020, com o objetivo de abrir um espaço de discussão sobre o histórico processo de criminalização e eliminação da população negra no âmbito do sistema de justiça criminal brasileiro.

6. Elaboração de peças em conjunto com os órgãos de execução, especialmente nos temas mais estratégicos no âmbito da defesa penal.

7. Coordenação do Programa “Pelo Direito de Defesa”, que promove a atuação do Núcleo Especializado em casos penais de grande complexidade, repercussão social e exposição midiática do órgão de execução. O programa busca garantir a plenitude de defesa do assistido, assegurar a plena atuação do defensor natural, auxiliar na elaboração de estratégias defensivas no âmbito dos processos penais, prestar informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculante, aos órgãos de execução, prestar auxílio aos órgãos de execução no desenvolvimento de suas atividades e promover o intercâmbio de informações jurídicas entre os órgãos de execução com atribuição em instâncias diversas.

8. Coordenação do Grupo Institucional de Atuação Integrada (GIAI), responsável pela defesa criminal em casos cuja complexidade impõe a atuação colegiada de membros da instituição.

9. Elaboração de pareceres que subsidiam a atuação dos agentes da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública tem foco nas atividades ligadas à defesa judicial ou extrajudicial do direito social à moradia, do direito de acesso à terra e aos meios de produção e na promoção de ações para regularização fundiária. Dentre as muitas diretrizes de atuação em prol de indivíduos e comunidades carentes, a instituição promove o ajuizamento de ações que visem à defesa do direito à moradia digna, à garantia da posse e propriedade com observação de sua função social.

DEFESA AGRÁRIA E MORADIA

DEFESA AGRÁRIA E MORADIA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Fornecimento de água potável para seis comunidades quilombolas de Canguçu, após ação civil pública da DPE/RS, em junho de 2021. A liminar determinou que a Prefeitura de Canguçu envie caminhões-pipa e faça melhorias nas cacimbas (escavação no solo para coletar a água presente) utilizadas nos locais. A demanda por água potável estendia-se há mais de nove anos.

- A DPE/RS assinou, no final de junho de 2021, um termo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Prefeitura de Itaqui, visando a oferecer moradia digna a 37 famílias em situação de vulnerabilidade no município. Intitulado “Todos com Moradia”, o projeto vai contar com recursos doados pelo MPT e oriundos de multa por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta.



- Interditada em novembro de 2020, a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA), no bairro Floresta, foi autorizada a retomar as atividades em janeiro de 2021, após intervenção da Defensoria Pública do Estado. Cerca de 100 famílias dependem da venda do material reciclado na associação, que existe há 17 anos.

- A DPE/RS conseguiu suspender uma reintegração de posse envolvendo dezenas de famílias que ocupam um terreno pertencente ao Estado, entre os municípios de Santa Rosa e Santo Cristo, na região noroeste. A área fica às margens da BR-472, na localidade de Linha Cascata, onde funcionava uma Escola Estadual, desativada há mais de dez anos. Ao longo do período, diversas benfeitorias foram realizadas no espaço, como, por exemplo, a criação de uma horta comunitária para abastecer a comunidade.

- Realização do evento “Compartilhando Experiências: a Defensoria Pública na luta pela moradia digna”, no dia 20 de agosto de 2021, direcionado a defensores públicos.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO E DA DEFENSORIA ITINERANTE

- 1.** Reunião e tratativas de acordo com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM) e a Defensoria Pública da União (DPU), tendo como finalidade o processo judicial das famílias da Ilha do Pavão.
- 2.** Visita realizada na Rua Menina Alvira II, no bairro Teresópolis, a fim de verificar o abastecimento de água por caminhão-pipa na região.
- 3.** Mutirão realizado na Ilha Grande dos Marinheiros.
- 4.** Mutirão realizado na cidade de Candiota.
- 5.** Participação no Mutirão de Atendimento aos Consumidores por Fraudes cometidas pela ABK Financeira na cidade de Encruzilhada do Sul.
- 6.** Ajuizamento de demandas de reintegração de posse e usucapião, a partir da realização de mutirões de atendimento.
- 7.** Expedição de Recomendação para prorrogação das atividades dos carrinheiros em Porto Alegre.
- 8.** Apoio ao projeto “Nenhuma casa sem banheiro” do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 9.** Reunião com a Direção da CGT Eletrosul, em Florianópolis, para tratar de moradias em Candiota e São Jerônimo.
- 10.** Organização de evento online abordando o Direito à Moradia Digna, celebrando o Dia Nacional da Habitação (21/08/2021).

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (NUDDH-DPE/RS) tem como foco realizar ações e atividades voltadas à proteção dos Direitos Humanos no âmbito interno e perante os sistemas internacionais, envolvendo, especialmente, a preservação e a reparação dos direitos de grupos sociais vulneráveis e de pessoas vítimas de tortura, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Em decisão inovadora, a Justiça gaúcha deferiu o pedido de retificação de registro civil de pessoa não binária residente na capital, em setembro de 2021. A ação foi ajuizada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da DPE/RS, e incluiu, além da retificação do prenome, também a alteração da anotação referente ao sexo, passando a constar como “não binário”.

- Lançamento de campanha sobre acessibilidade atitudinal, marcando o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro. Foram realizadas diversas postagens nas redes sociais da DPE/RS com informações, orientações e dicas que envolvem acessibilidade.

- Instauração de expediente, em agosto de 2020, para acompanhar as investigações da morte de uma adolescente indígena de 14 anos, em Redentora.

- Assinatura de nota técnica, junto a outras entidades, recomendando a inclusão de gestantes e puérperas de 12 a 17 anos de idade, com ou sem comorbidades, e de adolescentes com deficiência permanente que recebam ou não o Benefício de Prestação Continuada (incluindo a Síndrome de Down e o Transtorno do Espectro Autista), comórbidos, de comunidades tradicionais e os privados de liberdade no Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19 do Estado do Rio Grande do Sul.

- Parceria com a ONG Somos para oferecer um curso a defensores, servidores e estagiários da instituição, com o objetivo de qualificar o atendimento da população LGBTQIA+ na Justiça Criminal.

- Adesão ao acordo de cooperação técnica para integrar a Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, em dezembro de 2020.



- Elaboração de nota de repúdio, em março de 2021, às declarações do ex-parlamentar e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Roberto Jefferson, que proferiu agressões em relação ao governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e contra a comunidade LGBTQIA+.
- Realização de mutirão, no Dia Internacional da não Violência contra a Mulher (25 de novembro de 2020), no Largo Glênio Peres, com a realização de aproximadamente 200 atendimentos.
- Publicação de dicas de literatura de autoras e autores negros, nas redes sociais, para marcar a Semana Nacional do Livro, celebrada em outubro de 2020.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

989

ATENDIMENTOS

421

OFÍCIOS EXPEDIDOS

14

AÇÕES AJUIZADAS

85

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- 1.** Realização de reunião com movimentos sociais negros para tratar sobre o crime ocorrido na Rede Carrefour.
- 2.** Ajuizamento de Ação Civil Pública em decorrência da morte de João Alberto nas dependências da Rede Carrefour de supermercados.
- 3.** Mutirão de atendimento pelo Dia Internacional da não Violência contra a Mulher (25/11/2020).
- 4.** Divulgação do Guia de Atendimento de Pessoas em Situação de Rua.
- 5.** Curso “Direito & Relações Raciais”, em alusão à Semana da Consciência Negra, organizado pelo GT Igualdade.
- 6.** Curso para qualificação do atendimento da população LGBTQIA+ na Justiça Criminal (DPE/RS e ONG Somos).
- 7.** Criação e divulgação do Fluxo de Atendimento para Denúncias de Violência Policial.
- 8.** Acompanhamento de protesto pela morte da líder comunitária Jane Beatriz da Silva Nunes, que faleceu após abordagem policial na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre.
- 9.** Participação no Seminário “Violência Financeira contra Pessoas Idosas”, promovido pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa (Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa).
- 10.** Ajuizamento estratégico de ação de retificação de registro civil de pessoa não binária, a qual foi julgada procedente, para determinar a alteração do nome e do sexo na certidão de nascimento.

A Defensoria Pública é encarregada de velar pela regular execução da pena e da medida de segurança, de forma individual e coletiva. Para tanto, judicialmente, adota as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo, inclusive interpondo recursos. Ainda, promove mutirões carcerários e atende as pessoas recolhidas, condenadas e presas provisoriamente, no interior do cárcere, garantindo a observância dos princípios constitucionais, bem como, no âmbito de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs). Fora dos estabelecimentos penais, presta assistência jurídica integral e gratuita aos sentenciados em liberdade, egressos do sistema prisional e seus familiares. A inspeção rotineira de estabelecimentos penais, com adoção das providências para o adequado funcionamento, inclusive a apuração de responsabilidade, também faz parte do rol de atribuições da instituição no âmbito prisional.

EXECUÇÃO PENAL

EXECUÇÃO PENAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), Cintia Luzzato, falou em audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) que discutiu o sistema penitenciário brasileiro. A participação da defensora ocorreu de maneira online. O debate foi convocado no âmbito do *Habeas Corpus* (HC) 165704, do qual o ministro Gilmar Mendes é relator. Em outubro de 2020, o colegiado determinou a substituição da prisão cautelar de todos os presos responsáveis por crianças menores de 12 anos ou que possuam pessoas com deficiência sob sua responsabilidade, com base nos requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP).
- Em maio de 2021, a DPE/RS garantiu que gestantes apenas ficassem com seus bebês dentro do Presídio Madre Pelletier durante a pandemia, caso não obtivessem as prisões domiciliares.
- Envio de recomendação à Administração do Presídio Estadual de Canguçu, em abril de 2021, a fim de assegurar o banho de sol para os presos que estavam isolados em quarentena.
- Em março de 2021, as secretarias municipais de saúde imunizaram contra a Covid-19 as pessoas privadas de liberdade que possuíam as mesmas características dos grupos que já haviam recebido as primeiras doses. A ação foi resultado de um pedido enviado pela DPE/RS.
- Realização de palestra, em dezembro de 2020, visando à educação em direitos na Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos. A formação foi destinada a 40 apenados que participam das oficinas de trabalho da Penitenciária.



- O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em dezembro de 2020, que presos do regime semiaberto que faziam parte do grupo de risco para Covid-19 e que estavam em presídios superlotados passassem para a prisão domiciliar. A decisão atendeu a *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU) junto com o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS).
- Realização do curso online “Conhecendo a Lei de Execuções Penais”, em dezembro de 2020, dirigido a familiares, egressos e pessoas da sociedade civil interessadas na temática.
- Lançamento da terceira edição do Manual da Liberdade, em outubro de 2020. A iniciativa parte do compromisso da instituição de promover a educação em direitos da população carcerária, bem como fomentar a ressocialização dos presos.
- Inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), em Porto Alegre, em setembro de 2021. A diligência foi realizada com o objetivo de verificar as atuais condições das instalações do instituto. Foram inspecionados os alojamentos masculino e feminino, fechados e abertos, setor de triagem, cozinha, farmácia, lavanderia, área de manutenção, além de outras áreas pertencentes ao local.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Realização de atendimento presencial de orientação jurídica aos recuperandos da APAC Porto Alegre/Partenon, no dia 29 de setembro de 2021.
- 2.** Realização de inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), em Porto Alegre, no dia 09 de setembro de 2021, em parceria com Núcleo de Defesa da Saúde.
- 3.** Manifestação nos processos em 2º Grau afetos à execução penal (Agravos de instrumento em Ação Civil Pública de Dom Pedrito que interditou parcialmente o presídio local e Mandado de Segurança contra ato do Magistrado em relação ao Monitoramento Eletrônico de Porto Alegre impetrado pelo Ministério Público).
- 4.** Remessa da edição impressa da 3ª edição do Manual da Liberdade aos defensores com atuação nos estabelecimentos prisionais, para distribuição à população carcerária.
- 5.** No início do mês de junho de 2021, assim que concluída a vacinação dos grupos prioritários e iniciada a imunização do público em geral, este Núcleo postulou às administrações dos municípios com estabelecimentos prisionais que disponibilizassem a imunização contra a Covid-19 aos defensores públicos que atuam nesses estabelecimentos.
- 6.** Análise e encaminhamento de correspondências das pessoas privadas de liberdade ao defensor público responsável pela atuação em questões atinentes ao preso no estabelecimento prisional em que se encontra – transferências, pedidos de atendimento à saúde, notícia de risco de morte, etc.
- 7.** Peticionamento nos expedientes que tramitam junto às Varas de Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre, afeto ao Departamento de Monitoramento Eletrônico, Instituto Psiquiátrico Forense (ref. Projeto ArtInclusão) e Patronato Lima Drummond.
- 8.** Edição de Orientações aos defensores públicos, tendentes à atualização e ao incremento da atribuição a ser desenvolvida pelos defensores públicos e remessa de Comunicados no âmbito da execução penal com assuntos pertinentes ao tema.
- 9.** Envio de 29 Ofícios aos órgãos competentes, relativos às questões de maior relevância na área.
- 10.** Participação em reuniões como representante da instituição junto aos órgãos e poderes do Estado, bem como perante a sociedade civil em assuntos afetos à execução penal

A Defensoria Pública atua em todas as áreas do Direito de Família, sempre tendo em vista a dignidade das pessoas envolvidas e a proteção da pessoa e dos filhos.

Promove a proteção de direitos em conflitos de família, propondo, sempre que possível, solucionar os litígios sem a necessidade do ingresso de ações, por intermédio de divórcios ou dissoluções de uniões estáveis consensuais ou do exame e reconhecimento extrajudicial de paternidade.

A defesa na área de família envolve investigação de paternidade, alimentos, guarda, divórcio, dissolução de união estável, partilha de bens, regulamentação do direito de visitas e abandono afetivo.

DIREITO DAS FAMÍLIAS

DIREITO DAS FAMÍLIAS

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Realização de três edições do Curso Virtual de Formação de Facilitadores para Oficinas On-line das Famílias, sendo a primeira em novembro de 2020, a segunda em julho de 2021 e a terceira em agosto de 2021. Foram disponibilizadas 50 vagas em cada edição, para defensores, servidores e estagiários das Defensorias Públicas de todo o país.

- Lançamento do projeto “Mediação sem Fronteiras”, em junho de 2021, com o objetivo de ampliar a resolução extrajudicial em todas as regiões do estado, auxiliando, principalmente, os defensores públicos que atuam no interior.

- Lançamento do projeto-piloto “Gerando Afeto”, em agosto de 2021, com o objetivo de agilizar todo o processo que envolve o reconhecimento de paternidade, guarda, pensão alimentícia e convívio já no momento da leitura do exame de DNA, caso o resultado seja positivo.

- Lançamento da campanha “Conversando a Gente se Entende”, em maio de 2021, que teve como objetivo resolver litígios, nas áreas cível e familiar, sem ingresso de ação na Justiça. A ação buscou auxiliar, principalmente, as pessoas mais afetadas pela pandemia da Covid-19.

- Promoção, em maio de 2021, de oficina virtual de educação em Direitos das Famílias. A iniciativa visou a capacitar e qualificar profissionais que atuam nos serviços de acolhimento institucional e socioeducativo, Assistência Social, conselheiros de direitos, servidores públicos municipais e estaduais em atendimento às famílias e público em geral.


- 3ª edição -
CURSO VIRTUAL DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES PARA OFICINAS ON-LINE DAS FAMÍLIAS
 Nos dias 26 e 27 de Agosto
 Das 09h30 às 12h30 e das 14h às 17h30
 Inscrições até 20/08/2021


RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Atendimento e ajuizamento para assistidos inseridos no Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas do Rio Grande do Sul (PROTEGE).
- 2.** Elaboração do projeto “Conversando a Gente se Entende”, em conjunto com o NUDEC e o Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC).
- 3.** Elaboração do projeto de DNA extrajudicial “Gerando Afeto”, em parceria com o NUDECA, a Câmara de Autocomposição de Conflitos das Famílias (CAC-Família) e a Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (UCAA).
- 4.** Palestra sobre a Câmara de Mediação Familiar e Direito de Família para os novos defensores públicos do Estado do Rio Grande do Sul.
- 5.** Palestra para defensores e servidores da Defensoria Pública do Amazonas.
- 6.** Realização de três edições do Curso Virtual de Formação de Facilitadores para Oficinas das Famílias On-line.
- 7.** Palestra no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul.
- 8.** Elaboração, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, de uma série de postagens para as redes sociais: “Mitos” e “Traduzindo a Alienação Parental”.
- 9.** Realização de oficinas para pessoas com deficiência.
- 10.** Curso sobre fundamentos da constelação familiar.

A atuação da Defensoria Pública nesta área envolve a defesa dos direitos das mulheres, especialmente das que se encontram em situação de violência doméstica e familiar, prestando toda a assistência, como orientação jurídica, apoio psicológico, ajuizamento de ações necessárias, de acordo com o caso (alimentos, divórcio, dissolução de união estável, guarda, etc.), requerimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e encaminhamento para a rede de proteção existente no município.

DEFESA DA MULHER

DEFESA DA MULHER

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Realização de atividade especial, em frente à Delegacia da Mulher, no Palácio da Polícia, alusiva aos 15 anos da Lei Maria da Penha, em agosto de 2021. O objetivo foi atender e acolher mulheres vítimas de violência doméstica.

- Em maio de 2021, a DPE/RS garantiu que gestantes apenas ficassem com seus bebês dentro do Presídio Madre Pelletier durante a pandemia, caso não obtivessem as prisões domiciliares.

- Apoio à Carta Aberta em Defesa da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, firmada por magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Federal da 4ª Região, em maio de 2021.

- Após pressão da DPE/RS e de outras instituições nacionais, o Ministério da Saúde incluiu gestantes e puérperas na lista de prioridade da vacinação contra a Covid-19, em abril de 2021.

- Participação no mutirão “EmFrente Mulher”, organizado pelo Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em setembro de 2021. A unidade móvel da DPE/RS prestou orientações jurídicas sobre o combate à violência doméstica e demais assuntos.

- Acompanhamento do protesto relativo à morte da ativista comunitária Jane Beatriz da Silva Nunes, em dezembro de 2020. Ela faleceu após abordagem policial na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre.

- Realização de mutirão no Dia Internacional da não Violência contra a Mulher (25 de novembro de 2020), no Largo Glênio Peres, com a realização de aproximadamente 200 atendimentos.

- Emissão de nota de repúdio, em 04 de novembro de 2020, diante do noticiado caso “Mariana Ferrer” e perante as ações e omissões ocorridas na audiência de instrução e julgamento do processo criminal relativo ao crime de estupro de vulnerável.

- Lançamento da cartilha “Outubro Rosa 2020”, que contém orientações sobre a prevenção ao câncer de mama e informações sobre os direitos das mulheres diagnosticadas com a doença.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Ação conjunta do NUDEM, NUDECA e NUDEP no Presídio Madre Pelletier para garantir a permanência dos filhos de apenadas durante a pandemia, no presídio ou através da obtenção do direito à prisão domiciliar.
- 2.** Realização de três mutirões de atendimento relativos à Violência Doméstica contra a Mulher.
- 3.** Participação no Ato de Instalação da 4ª Vara do Júri de Porto Alegre, especializada em feminicídios.
- 4.** Orientação a assistidas e assistidos sobre permanência de acompanhantes em parto, pré-parto e pós-parto em hospitais do Rio Grande do Sul durante a pandemia da Covid-19.
- 5.** Participação no projeto “Informar, Prevenir e Proteger”, nos Grupos Reflexivos de Gênero, no projeto “Ações nas Escolas” e na Comissão dos Direitos da Mulher do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).
- 6.** Webinar com participação de Maria da Penha – Lançamento do Comitê EmFrente Mulher.
- 7.** Participação na reunião da Força-Tarefa de Combate aos Feminicídios do Rio Grande do Sul, organizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- 8.** Capacitação “Assistência à Mulher Vítima” – DPE/PR, DPE/RJ e CONDEGE.
- 9.** Orientação a assistidas sobre violência doméstica sofrida durante a pandemia da Covid-19.
- 10.** Intermediação para garantir fornecimento de energia elétrica na Casa de Referência Mirabal.

A atuação da Defensoria Pública tem como objetivo garantir a efetiva prestação do acesso ao direito à saúde. O atendimento divide-se em duas etapas: encaminhamento do assistido ao Sistema de Saúde, para resolução administrativa da pretensão, e acesso ao Poder Judiciário, quando inexitoso o primeiro encaminhamento.

A Defensoria, ainda, fiscaliza o Poder Público e articula políticas públicas em prol da população que precisa acessar os serviços de saúde.

DEFESA DA SAÚDE

SAÚDE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Por meio de uma ação da DPE/RS, em Ijuí, um bebê prematuro foi transferido para um hospital de referência e obteve medicação para evitar que perdesse a visão. O caso ocorreu em setembro de 2021. A DPE/RS foi procurada pelos familiares durante a manhã, com laudos médicos e os demais documentos necessários, e a decisão foi proferida poucas horas depois. O bebê nasceu com Retinoplastia da Prematuridade (ROP), sendo que o quadro clínico poderia evoluir rapidamente, com possibilidade de complicação, descolamento de retina e cegueira total. Diante da gravidade do caso, uma ação foi ajuizada em caráter de urgência. Poucas horas depois, a liminar foi concedida pelo Tribunal de Justiça.
- A DPE/RS obteve decisão favorável, em segunda instância, e garantiu que uma mulher de 38 anos realize tratamento para engravidar custeado pelo Estado. A instituição ajuizou demanda em favor da mulher, que sofre de infertilidade de origem tubária, pleiteando o fornecimento, pelo Estado e pelo município de Rio Grande, de tratamento de reprodução assistida. A urgência na demanda justifica-se diante do fato de que a usuária vinha buscando o tratamento, que é fornecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e a demora impactaria no sucesso do tratamento em razão da diminuição da reserva ovariana.
- Uma ação da DPE/RS garantiu a suspensão do direito de visita a um homem que se negou a se vacinar contra a Covid-19. O caso ocorreu em Passo Fundo, no norte do estado, em setembro de 2021. Os pais da criança possuem um acordo para que a guarda da filha seja exercida de forma compartilhada, com residência na casa materna, podendo o genitor conviver com a menina de forma livre, mediante prévia combinação.

No entanto, há dois meses, o homem contraiu coronavírus e foi internado em estado grave em um hospital, tendo transmitido a doença para a menina. Posteriormente, após ter se recuperado, ele retomou as visitas à filha, sem tomar os cuidados necessários e afirmando que não iria se vacinar. Diante da situação, a mãe da criança, que já está vacinada, procurou a Defensoria Pública para solicitar a suspensão das visitas, temendo pela saúde da filha. Após analisar o caso, a defensora pública Vivian Rigo ajuizou uma ação. No pedido, ela citou a necessidade de suspender as visitas até que o homem esteja com o ciclo vacinal completo. A liminar foi concedida pela Vara de Família da Comarca de Passo Fundo.

- Emissão de recomendações, em janeiro de 2021, para Secretarias Municipais de Saúde, visando à transparência no processo de vacinação contra a Covid-19. Entre as cidades estavam Porto Alegre e os 21 municípios que compõem as comarcas de Erechim, Gaurama e Marcelino Ramos.



• Inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), em Porto Alegre, em setembro de 2021. A diligência foi realizada com o objetivo de verificar as atuais condições das instalações do instituto. Foram inspecionados os alojamentos masculino e feminino, fechados e abertos, setor de triagem, cozinha, farmácia, lavanderia, área de manutenção, além de outras áreas pertencentes ao local.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO NÚCLEO

- 1.** Ajuizamento da Ação Civil Pública nº 5037616-27.2021.8.21.0001 para obrigar o Estado do Rio Grande do Sul a fornecer o medicamento OMALIZUMABE. A incorporação do medicamento aos protocolos do SUS já foi realizada. No entanto, o fármaco, que é indicado para o tratamento de asma alérgica, ainda não é fornecido administrativamente.
- 2.** Expedição de Recomendação ao Município de Porto Alegre para regularização do estoque de fraldas para adultos.
- 3.** Participação em reuniões como representante da instituição junto aos órgãos e poderes do Estado, bem como perante a sociedade civil em assuntos afetos à saúde, com representação junto ao Comitê Estadual de Saúde do CNJ e à Comissão Especializada em Saúde do CONDEGE, dentre outros.
- 4.** Encaminhamento de orientações aos integrantes da DPE quanto aos planos de vacinação referentes ao combate do coronavírus.
- 5.** Atualização e divulgação da Cartilha Setembro Amarelo – Mutirão pela Vida, em parceria com NUDDH e Defensoria Itinerante.
- 6.** Disponibilização de parecer elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria sobre o tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista.
- 7.** Atualização do material de apoio em direito à saúde disponibilizado junto à nova plataforma EAD da Defensoria Pública.
- 8.** Desenvolvimento do projeto “Encontros Virtuais”, com a realização de reuniões com as Defensorias Públicas do Estado com atribuição em direito à saúde.
- 9.** Organização de curso de capacitação sobre internação compulsória.
- 10.** Realização de novas capacitações referentes ao projeto “SER SAÚDE – Soluções Extrajudiciais Resolutivas”.

***POR DENTRO
DA DEFENSORIA***

CONSELHO SUPERIOR

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



• O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul aprovou, em sessão realizada em maio de 2021, a proposta oriunda do Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado de criação de quatro novos Núcleos Especializados: Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa (NUDEPID), Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPED), Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) e Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI).

“A criação dos novos Núcleos é um grande avanço da nossa instituição e reforça ainda mais as garantias de igualdade, justiça e humanidade”, destacou o defensor público-geral, Antonio Flávio de Oliveira.

- Criação das Comissões Especiais de Ingresso e respectivas comissões recursais: regulamenta o procedimento de heteroidentificação para os(as) candidatos(as) aprovados(as) para as vagas reservadas à população negra e aos indígenas, bem como regulamenta o procedimento de verificação da condição de pessoa com deficiência em todos os concursos públicos realizados no âmbito da Defensoria Pública.
- Realização do procedimento de formação da lista tríplice e escolha ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2021-2023.

**Reuniões realizadas
pelo Conselho Superior: 11**

CORREGEDORIA-GERAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Processo de digitalização de todos os expedientes da Corregedoria.
- Acompanhamento permanente das atividades, com visitas de orientação, correções presenciais e elaboração de relatórios.
- Criação de canal direto com a Corregedoria, mediante utilização de um telefone funcional e do aplicativo WhatsApp.
- Processo de revisão e aprimoramento do Provimento nº 21/2020, que culminou na publicação de novos atos, com a participação de vários defensores e órgãos da Administração.

Averiguações preliminares (defensores públicos)

Total: **20**

Em andamento: **3**

Arquivados: **17**

Averiguações preliminares (servidores públicos)

Total: **6**

Em andamento: **1**

Arquivados: **4**

Gerou outro Expediente Administrativo: **1**

Averiguações preliminares (defensorias regionais)

Total: **5**

Arquivados: **5**

Sindicâncias (defensores públicos)

Total: **2**

Arquivados: **2**

Sindicâncias (servidores públicos)

Total: **15**

Em andamento: **5**

Arquivados: **10**

Com parecer pela abertura de PAD: **1**

Inspeções e correções nas defensorias públicas regionais

Inspeções: **4**

Correções: **85**

Orientações escritas

Total: **37**

Vitaliciamento

Expedientes de Vitaliciamento: **49**

Avaliações Preliminares: **9**

Visitas de Orientação: **15**

Relatórios Semestrais: **89**

Correções Anuais: **40**

Relatórios Finais: **3**

Pareceres

Total: **173**

Despachos ordinatórios

Total: **171**

Análise de justificativa para não interposição de recursos ou de não apresentação de revisão criminal

Total: **242**

Certidões

Total: **241**

Ofícios internos e externos

Total: **81**

Conselho Superior

Votos: **4**

OUVIDORIA-GERAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

Atendimentos

E-mail: **2.295**

Telefone: **3.807**

Total: **6.102**

Assuntos

Pedidos de Informações: **4.189**

Reclamações: **1.433**

Sugestões: **7**

Elogios: **19**

Denúncias: **6**

Outros: **450**

1.327

PROTOCOLOS NOVOS
(ABERTURA DE EXPEDIENTE
ADMINISTRATIVO)

- A Ouvidoria produziu memorando sobre direitos de pessoas transgênero não binárias e promoveu diálogo com organizações sociais locais e nacionais, a fim de auxiliar a atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública em demandas desse segmento da população LGBTIA+.

- Desenvolveu atividades de debates e rodas de conversa virtuais, em parceria com a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado, com o Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública, sobre diversos temas, destacando-se as rodas de conversa sobre a campanha “Racismo se combate em todo lugar: defensoras e defensores públicos pela equidade racial” e sobre o “Mês da Defensoria Pública”, com participação de defensoras e defensores públicos e de representantes de movimentos sociais.


- Os atendimentos individuais de solicitações de informação, reclamações, elogios, denúncias e sugestões por parte dos usuários dos serviços da Defensoria Pública foram mantidos, durante a pandemia da Covid-19, por meio dos canais de contato remotos, por e-mail e telefones, incluindo o 0800-6423225.


- Roda de Conversa com Povos Tradicionais, promovida em parceria com a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado e com participação de movimentos sociais de diversas regiões do estado.

- Reunião com a defensora pública Márcia Helena Cunha de Sá, diretora regional da Defensoria Pública Regional de Sapucaia do Sul, com o procurador-geral do Município de Sapucaia do Sul, Tomaz Augusto Schuch, e com representantes da comunidade do Povo de Terreiro de Sapucaia do Sul.

**QUER FAZER UM ELOGIO
AO NOSSO TRABALHO?**

**GOSTARIA DE FAZER
UMA RECLAMAÇÃO?**



 **OUVIDORIA**
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CECADEP

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

• O Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento (CECADEP) e o Núcleo de Defesa Criminal (NUDECRIM) abriram as inscrições para o curso “Defensoria Pública e Perspectivas Criminológicas”. Dividido em dez aulas, o curso tem como objetivo estabelecer um panorama das principais teorias criminológicas, examinar os conceitos fundamentais no âmbito da Criminologia, contextualizar historicamente o controle social no Brasil e analisar as repercussões do controle social no âmbito do sistema de justiça criminal brasileiro.



• Visando ao aumento da sua nota de qualificação, a Revista da Defensoria Pública passou por novas reformulações. A mais recente foi a adoção da plataforma OJS/PKP, um dos sistemas mais modernos de editoração e de publicação de periódicos, que passará a ser utilizado já neste ano.

“Estamos operando de forma totalmente online, desde a submissão, a avaliação e a publicação da revista”, comenta a coordenadora da revista, a defensora pública Samara Wilhelm Heerd, que também é coordenadora do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CECADEP).

Nos últimos sete meses, a revista passou por um intenso processo de reformulação, o que exigiu a atualização da Resolução que a regimenta, a fim de contemplar as transformações necessárias para o desenvolvimento e o avanço científico do periódico.

• A execução penal no Brasil será tema do ciclo de seminários proposto pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), por meio do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), do Grupo de Pesquisa em Alternativas Penais e do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CECADEP). As palestras serão divididas em três blocos, programados para maio, julho e agosto.

As formações têm como público-alvo pessoas em cumprimento de pena, egressas, familiares de pessoas presas, universitários e membros de Conselhos da Comunidade, além do público em geral.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CECADEP

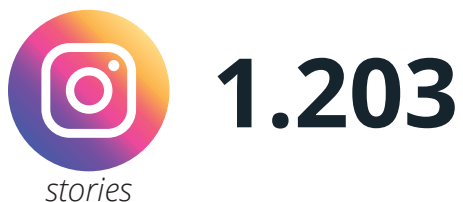
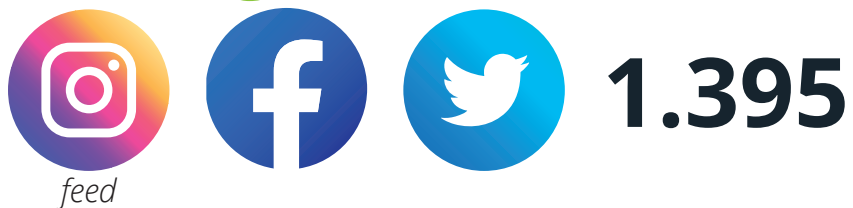
- 1.** Programa de capacitação de defensores e servidores.
- 2.** 2.726 novas inscrições em cursos do Portal EAD.
- 3.** 3.037 certificados digitais expedidos.
- 4.** 45 horas e 42 minutos de legendagem para cursos do Portal EAD.
- 5.** 17 novos cursos no Portal EAD.
- 6.** Organização e participação no programa de 20 turmas de novos servidores, resultando em 63 horas de capacitação e atingindo 84 participantes.
- 7.** Produção, edição e lançamento de duas edições da Revista da Defensoria.
- 8.** 69 submissões de artigos científicos.
- 9.** 46 artigos aceitos para publicação.
- 10.** 36 novas obras incluídas na categoria “Doutrina e Pesquisa” do Portal EAD da Defensoria como meio de difusão das pesquisas acadêmicas promovidas pelos membros e servidores da Defensoria Pública.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- 1.** Intermediação de 334 entrevistas com defensores públicos na imprensa.
- 2.** 474 matérias publicadas no site institucional.
- 3.** 523 matérias publicadas na intranet (site interno).
- 4.** Mais de três mil inserções na mídia.
- 5.** Aprimoramento e expansão da comunicação interna e externa.
- 6.** Produção de vídeos especiais para datas comemorativas.
- 7.** Transformação de boa parte dos conteúdos em vídeos.
- 8.** Desenvolvimento de novos leiautes para campanhas e conteúdos.
- 9.** Reforço da presença em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, Spotify, Twitter), com aumento significativo de seguidores.
- 10.** Realização de mais de 40 lives com o objetivo de discutir temas relacionados ao trabalho da instituição.
- 11.** Produção e edição de 14 cartilhas desenvolvidas em parceria com os Núcleos Especializados da instituição.
- 12.** Edição, diagramação e padronização de 51 boletins informativos mensais enviados pelos Núcleos Especializados a defensores, servidores e público externo.
- 13.** Organização de grandes eventos, como o XXII Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos, o XXIII Encontro Estadual de Defensoras e a 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).
- 14.** Novo formato de envio de comunicados aos servidores e defensores, por meio de pequenos vídeos.
- 15.** 287 comunicados internos enviados via lista de transmissão para defensores e servidores.
- 16.** Realização de entrevistas coletivas com a imprensa para situações de grande interesse público, como o caso da morte de homem negro nas dependências do hipermercado Carrefour, em Porto Alegre.
- 17.** Implementação da Política de Comunicação através do Conselho de Comunicação Social, órgão responsável por planejar e definir as linhas gerais da política interna e externa de comunicação social da instituição.

Postagens



Números



**RÁDIOS PARCEIRAS QUE VEÍCULAM
MATERIAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
PRODUZIDOS PELA ASCOM:**

374

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



Antonio Flávio de Oliveira
Defensor Público-Geral do Estado



Enir Madruga de Ávila
Defensor Público
Chefe de Gabinete



Regina Célia Rizzon
Borges de Medeiros
Defensora
Pública-Assessora de
Gabinete



Marcelo Candiago
Defensor
Público-Assessor de
Gabinete



Samara Wilhelm Heerd
Centro de Estudos,
de Capacitação e de
Aperfeiçoamento (CECADEP)



Rogério Souza Couto
Gestão Estratégica

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



Melissa Torres Silveira
**Subdefensora Pública-Geral
do Estado para Assuntos
Administrativos**



Rafaela Consalter
**Subdefensora Pública-Geral
do Estado para Assuntos
Institucionais**



Alexandre Brandão Rodrigues
**Subdefensor Público-Geral
do Estado para Assuntos
Jurídicos**

Defensores Públicos-Assessores Administrativos



Caroline Lima
e Silva Mazzola
Panichi



Rodrigo Gomes
Pinho



Marcos Vinicius
Martins

Defensores Públicos-Assessores Institucionais



Laura Silva Dias

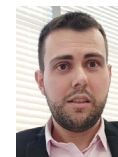


Rafael
Rodrigues da
Silva Pinheiro
Machado



Cristiano
Bertuol

Defensores Públicos-Assessores Jurídicos



Arion Escorsin
de Godoy



Eduardo Pereira
Lima Zanini



Fabrício
Azevedo de
Souza



Cristiano Vieira Heerd
Corregedor-Geral



Alcindo Strelow
Subcorregedor-Geral

Defensores Públicos-Corregedores



Liseane
Hartmann



Tiago Rodrigo
dos Santos

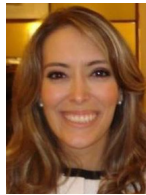


Antônio
Augusto
Korsack Filho

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



Aline Palermo Guimarães
**Núcleo de Defesa dos
Direitos Humanos
(NUDDH)**



Flávia Rumi Steinbruch
**Núcleo de Defesa
Agrária e Moradia
(NUDEAM)**



Patrícia Pithan Pagnussatt Fan
**Núcleo de Defesa das
Famílias (NUDEFAM)**



Andreia Paz Rodrigues
**Núcleo de Defesa
da Criança e do
Adolescente (NUDECA)**



Sérgio Nodari Monteiro
**Núcleo de Defesa
Ambiental (NUDAM)**



Tatiana Kosby Boeira
**Núcleo de Defesa da
Mulher (NUDEM)**



Andrey Régis de Melo
**Núcleo de Defesa
Criminal (NUDECRIM)**



Ana Carolina Sampaio
Pinheiro de Castro Zacher
**Núcleo de Defesa Cível
(NUDEC)**



Cintia Luzzatto
**Núcleo de Defesa
em Execução Penal
(NUDEP)**



Rafael Pedro Magagnin
**Núcleo de Defesa
do Consumidor e
Tutelas Coletivas
(NUDECONTU)**



Aldo Neri de Vargas
Junior
**Núcleo de Defesa da
Saúde (NUDS)**



Léo Faller Becker
Diretor-Geral



Marina Ramos Dermmam
Ouvidora-Geral

DEFENSORIA EM IMAGENS



DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

